



Todo dia é dia de igualdade

Mulheres devem lutar por um mundo justo o ano inteiro e não apenas em uma data comemorativa

O Brasil vive hoje uma conjuntura contraditória, na qual o novo e promissor cenário político criado pelo governo Lula, convive com a política econômica conservadora, subordinada ao FMI.

Hoje, nosso desafio é elaborar, propor e mobilizar as trabalhadoras e trabalhadores, em defesa de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, alternativo ao neoliberalismo, com ênfase na soberania nacional e na valorização do trabalho como fonte da retomada do crescimento sustentado da economia, com distribuição de renda. Articulando as lutas nacionais e internacionais com as lutas contra as desigualdades de gênero, raça/etnia.

2004 é o Ano Nacional da Mulher. Temos a realização da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres na qual devemos ter uma atuação destacada em cada estado.

Nossa preocupação central deve ser a luta por um mundo de igualdade, contra toda opressão e discriminação contra a mulher durante todo o ano, e não só no Dia Internacional da Mulher – 8 de Março. Neste ano acontecem também as eleições municipais nas quais nossa atuação deve ser significativa.

Toda essa extensa agenda de mobilização e lutas previstas para 2004 serviu para nos balizar nesta segunda edição da *Mátria*. Isso nos dá a convicção de que a causa pela igualdade de direitos e oportunidades entre gêneros já obteve muitas conquistas, porém ainda é preciso avançar mais. A luta pela emancipação da mulher deve ser também dos homens. Além das reportagens, temos vários artigos com objetivo de subsidiar o debate teórico. Abrimos também um espaço para as entidades apresentarem o trabalho desenvolvido sobre a questão de gênero.

Esperamos que a leitura, mais do que agradável, seja útil.

Boas lutas!

Violência doméstica vira crime

Projeto que tipifica o crime no Código Penal está na reta final de tramitação no Congresso, prova de que o assunto ganha espaço entre as políticas públicas



Mulheres serão as maiores beneficiadas com a aprovação do texto por serem as vítimas mais comuns, mas lei também beneficiará idosos e crianças

Violência doméstica, agora, é crime no Brasil. Esta é a notícia que entidades de defesa dos direitos civis, dos direitos das mulheres e boa parte da população e do governo estão esperando ouvir nos próximos dias. Está na reta final da tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei que tipifica o crime de violência doméstica no Código Penal Brasileiro.

A proposta, da deputada Iara Bernardi (PT-SP), é uma amostra de como o combate à violência doméstica vem encontrando espaço e força dentro do governo nos últimos anos. Para se ter uma idéia, o projeto foi incluído pelas mãos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na pauta da convocação extraordinária do Congresso, lado a lado com maté-

rias de peso como a PEC Paralela (Proposta de Emenda Constitucional que complementou pontos específicos da reforma da Previdência), o PPA (Plano Plurianual) de investimentos 2004-2007, o Projeto que institui a Parceria Público-Privada, Medidas Provisórias sobre o novo modelo para o setor elétrico, além da reforma do Judiciário, do projeto que determina normas de

biossegurança e a Lei de Falências. Em suma, o combate à violência doméstica passou para o primeiro escalão das prioridades do governo federal.

A autora do projeto de lei explica que a proposta tipifica a violência doméstica como um todo, ou seja, acrescenta no Código Penal penas e agravantes para qualquer agressão a filhos, pais, irmãos ou cônjuges com o qual o autor conviva ou tenha convivido. Na prática, vale dizer que a agressão é considerada violência doméstica quando for praticada contra qualquer pessoa da família que esteja em condição de desigualdade de força ou que não tenha como se defender. É o caso de idosos, crianças ou mulheres. É esta última, no entanto, a maior e mais comum vítima de agressões dentro de casa.

Na própria justificativa do projeto, Iara Bernardi afirma que atualmente em nosso país “milhares de mulheres ainda vivem o drama da violência física, emocional e sexual como uma questão que diz respeito à privacidade de cada uma, como se ela estivesse envolvida num manto invisível de hipocrisia: sentido por todos, mas rodeado pelo silêncio cúmplice da sociedade.” Para a deputada, esta violência só vai acabar quando for rompida a “barreira do medo, da vergonha e da crença pela impunidade. A violência doméstica deve ser tratada como uma questão pública, um problema social, que deve ser objeto de ação governamental e punida com o rigor da nossa legislação penal.”

Segundo a pesquisa da deputada, no Brasil a situação das mulheres é bastante grave. Iara diz que a cada quatro minutos uma mulher brasileira é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto. De acordo com dados da Universidade de São Paulo, cerca de 81% das queixas por violência doméstica são de lesão corporal intencional, especialmente pancadas.

Segundo a Sociedade Mundial

Congresso Nacional avalia proposta de classificar agressão a familiares, especialmente quando a vítima for mulher, como uma modalidade especial do crime de lesão corporal. Pena terá agravantes e vítima será protegida

de Vitimologia, com sede na Holanda, e que pesquisou a violência doméstica em 138 mil mulheres em 54 países, foi constatado que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica.

A Fundação Perseu Abramo confirma o quadro desenhado pela Sociedade Mundial de Vitimologia: segundo pesquisa realizada pela fundação, uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem – 16% relatam casos de

violência física, 2% citam a violência psíquica e 1 % lembra do assédio sexual.

A pesquisa espontânea é aquela na qual a entrevistada consegue nomear o tipo de agressão sofrida sem ajuda ou exemplos. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice ultrapassa o dobro, alcançando a marca de 43%. Um terço das mulheres brasileiras (exatos 33%) admite já ter sido vítima de violência física. A pesquisa afirma que dentre as formas de violência mais comuns destacam-se a agressão física mais branda, como tapas e empurrões, sofrida por 20% das mulheres e a violência psíquica de xingamentos, com ofensa à conduta moral que é vivida por 18% delas. A ameaça feita por meio de bater portas, quebrar coisas, rasgar roupas e outras formas indiretas de agressão é vivida por 15% das mulheres.

Em muitos destes casos, o delito pode nunca voltar a ocorrer, especialmente quando o autor da agressão for um estranho. Já no caso de um delito praticado por alguém de estreita convivência, como é o caso de maridos e companheiros contra as suas esposas, companheiras, a agressão tende a acontecer novamente ou terminar levando a atitudes mais destrutivas. Como lembra a deputada, há um grande ônus para a vítima na decisão de representar ou não o agressor, pois esse agressor, na maior parte dos casos, é também o pai de seus filhos, a pessoa que dorme ao seu lado.

Nova lei altera artigo do código penal

A atual proposta altera o artigo 129 do Código Penal, criando um tipo especial de crime denominado “violência doméstica” e tornando inafiançável a “lesão corporal leve” e a “lesão corporal grave”, quando o crime for cometido por um agressor que conviva com a vítima dentro do lar.

O projeto de lei define violência doméstica quando a ofensa ou agressão é cometida contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge ou contra companheira ou companheiro com o qual conviva ou tenha convivido. Passa a ser, no Código Penal, uma modalidade especial do crime de lesão corporal. A pena será de um a cinco anos de reclusão. A violência doméstica passa, também, a ser crime inafiançável.

Na prática, a grande mudança é que as penas serão maiores. Essa é a questão que mais gera debates quando o assunto é violência doméstica: se coloca o agressor na cadeia, se deve-se aplicar penas alternativas, se estabelece-se multas, se existem cadeias para todos e se estas de fato corrigem os criminosos. Atualmente, segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, grande parte dos casos são encaminhados ao Juizado de Pequenas Causas, quando, geralmente são aplicadas penas alternativas, como a doação de cestas básicas.

Segundo a deputada federal Iara Bernardi, que tem no feminismo uma bandeira pessoal, o

Estado deve estudar formas de proporcionar tratamento psicológico ao agressor. “Muitas vezes a mulher não quer se separar. “Ela gostaria que o agressor se emendasse, que deixasse de ser violento, e, assim, mantivesse o núcleo familiar. Isso explica porque tantas mulheres retiram suas queixas

Na prática, haverá duas grandes mudanças: as penas serão maiores e a violência doméstica passa a ser crime inafiançável. Segundo a autora, agressor deve passar por tratamento psicológico

na delegacia. Ela gostaria que o pai dos filhos dela se corrigisse, que alguém o ajudasse, e não simplesmente colocasse-o na cadeia, o que, na maioria das vezes, não resolve o problema.”

Já a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), relatora da proposta da deputada Iara Bernardi na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, defende uma pena rígida para os infratores. Para ela, que é coordenadora da bancada feminina no Senado, a aplicação de penas rigorosas, com agravantes, inibe a ação de

muitos agressores que confiam na impunidade. “Não dá mais para se ter um caso de um agressor receber apenas uma pena alternativa. Muitos homens agredem porque sabem que nunca serão punidos por isso”, lamenta a senadora.

Após a aprovação do projeto de lei, ainda se farão necessárias campanhas e novas políticas públicas para ensinar às mulheres o que é violência doméstica e incentivá-las a sair dessa situação. Também devem ser divulgados quais caminhos que essas mulheres devem percorrer para não reincidir nas agressões, quais recursos o governo, as ONGs e a Delegacia da Mulher podem oferecer como auxílio, seja jurídico, psicológico ou simples proteção.

A deputada Iara Bernardi afirma que o governo federal tem se empenhado pela causa. “Criou uma Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, que priorizou essa causa da violência. Agora precisa de recursos, de implantação dessas estruturas preventivas e de proteção. Precisa de campanha pública para prevenir a violência e tentar coibir esses agressores.”

O projeto de lei está tramitando no Congresso Nacional e aguarda, agora, a apreciação de um substitutivo proposto pelo senador Demóstenes Torres (PFL-GO), que agrava a pena para o crime. A estimativa é que a lei seja sancionada pelo presidente da República até o dia 8 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O movimento sindical e a questão de gênero

Raquel Felau Guisoni*



Houve um grande avanço, no campo teórico, quando as pesquisadoras feministas introduziram a categoria **gênero** à ciência social estabelecendo sua relação com categorias do materialismo histórico (classe, produção e reprodução), como Heleieth Saffioti quando diz que devemos “estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferença/semelhanças de gênero nas relações de produção, assim como as diferenças/semelhanças de classe nas relações de gênero...” estes dois tipos de relação são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social”. (Saffioti,1992).

Como as relações de gênero se dão em todas as esferas da sociedade, desde o processo produtivo até suas expressões político-culturais é preciso que se dê visibilidade a questão de gênero, nos sindicatos, no poder público, nos partidos políticos, nos meios de comunicação, na educação, nos meios acadêmicos, etc.

A discussão e o aprofundamento da **divisão sexual do trabalho**, no movimento social e sindical tem permitido uma melhor compreensão e reconhecimento da participação da mulher no trabalho produtivo e o fardo de acumular o papel de trabalhadora respon-

sável pela reprodução da força de trabalho - o trabalho doméstico no âmbito da família, como a tarefa principal, porém invisível e não reconhecida. Hoje um grande desafio é acabar com esta dupla jornada de trabalho, pois ela dificulta uma maior participação das mulheres na vida pública, como no movimento sindical.

Com esta compreensão surgem as reivindicações das mulheres pelo fim da discriminação salarial, profissional e sindical, exigindo melhores condições de trabalho e a implementação de políticas públicas - responsabilidades do Estado - que possibilitem tornar compatíveis as tarefas do trabalho e da reprodução, abrangendo direitos individuais, coletivos e sociais.

Para assegurar a igualdade de gênero no movimento sindical, é fundamental que essa questão permeie a própria estrutura sindical, esteja presente em todas as suas atividades políticas, de formação, na linguagem, enfim em toda vida sindical.

Hoje, a questão de gênero está presente no movimento sindical através de debates, seminários, conferências, congressos, na criação de secretarias ou comissões sobre a mulher trabalhadora, nas bandeiras feministas, nas reivin-

dicações sentidas pelas mulheres e incluídas no plano de lutas e pautas de negociações.

Quanto à participação qualitativa, as mulheres continuam sub-representadas nas posições de liderança e de poder, tanto nos sindicatos de base, como federações e confederações a nacionais. É preciso destacar que esta questão, nos anos 90, foi bastante discutida e finalmente implementadas **cotas mínimas para a participação de mulheres nas direções das centrais sindicais**. Na CUT, em agosto de 93, foi aprovada a cota de um percentual mínimo de 30% para qualquer um dos sexos nos seus órgãos de direção. É um grande avanço que podemos constatar após dez anos de sua implantação. Mas o IBGE, em pesquisa sindical de 2001, constatou que as mulheres tem uma participação sindical inferior à sua inserção no mercado de trabalho, quer na composição do quadro de associados (as), quer nas diretorias sindicais. Constatou também que, em que pese o aumento do número de mulheres nas diretorias, essa participação continua ocorrendo preferencialmente em cargos considerados menos importantes.

Houve avanços na organização das mulheres no movimento sindical, com a criação de espaços/

estruturas específicas e ações junto a algumas categorias. Mas, o quadro é bastante diferenciado entre elas. Em alguns sindicatos e entidades nacionais, já se aplica a política de cotas de participação em cursos de formação, seminários, e congressos.

Outras medidas são indispensáveis para melhorar a participação das mulheres no movimento de trabalhadores (as) como à **formação sindical**. Nos diversos cursos sindicais deve-se ter o recorte de classe, gênero, raça/etnia e geração, como ter cursos para as mulheres sobre temas específicos e gerais. A **linguagem** também deve ser trabalhada, pois ela deve dar a visibilidade de gênero, raça/etnia. E a forma de funcionamento das entidades sindicais não facilita a participação das mulheres, pois está baseada no cotidiano masculino.

Temos ainda, concepções culturais predominantes como “sindicato não é lugar de mulher”. No entanto, “a presença da mulher no sindicato, por práticas próprias, questiona a noção do sindicato como um mundo masculino, mas desnuda suas características tradicionais, alinhadas tanto no que de conservador quanto ao de conflitante caracteriza as relações sociais de gênero/classe na sociedade, inclusive em outros espaços, como as empresas. Contudo, no lugar sindical dão-se rebeldias, negações, recusa de ritos tradicionais, gestação do novo, e as mulheres forjam tal parto como mulheres trabalhadoras”.(Castro, Serravalle, Ramos,2002).

Outro aspecto importante a

destacar, na visão emancipacionista da mulher, é que há um duplo desafio a ser concretizado que é **fundir o específico das mulheres ao geral da sociedade**, como Valadares afirma “despertar as mulheres para a luta social e política mostrando como as condições de gênero impedem ou limitam a participação da mulher na sociedade em suas instâncias sócio-político-culturais (sindicatos, por exemplo) e mobilizar no sentido de travar a luta para transformar

Para assegurar a igualdade de gênero, essa questão deve permear toda vida sindical: nas atividades políticas, de formação, e até linguagem

as condições de gênero em fator de avanço da luta social e participar da luta social para nela mesma levantar as questões da opressão de gênero”.(Valadares,1991 e 1993)

Segundo Valadares, “a emancipação da mulher, que tem caráter estratégico, integra-se ao movimento sindical, contribuindo para a elevação da consciência revolucionária ao incorporar as questões específicas da opressão de gênero e as bandeiras emancipacionistas nas lutas das categorias e dos se-

tores onde as mulheres trabalham, propiciando, também sua atuação na luta geral do movimento”.

É prioritário estabelecer estratégias para que as necessidades e reivindicações das trabalhadoras sejam consideradas na formulação do conjunto das políticas e da intervenção sindical. É indispensável que as ações considerem a situação concreta das mulheres no trabalho, no movimento sindical, no âmbito doméstico e familiar e na sociedade.

As mulheres trabalhadoras lutam por sua própria emancipação na batalha pela emancipação de toda a sociedade e o gênero deixa de ser uma “questão” para incorporar-se no cotidiano das vivências sociais com participação semelhante/diferente nos canais de luta. **O sindicato tem gêneros.**

Houve avanços no movimento sindical da luta das mulheres, embora ainda continuem existindo obstáculos e desafios a serem vencidos. A luta deve continuar na perspectiva de mudanças cada vez mais profundas e radicais até conquistar uma sociedade sem opressão, discriminação, portanto igualitária, socialista.

Referências Bibliográficas

- Araújo, Clara A mulher e o sindicalismo, in revista Presença da Mulher, n 22, Editora Liberdade Mulher, SP,1992,pg24.

CUT Documentos 6º Encontro Nacional Sobre a Mulher trabalhadora da Cut Sp 27 a 29/11/03

Valadares, Loreta. Lugar de mulher é no sindicato publicado na revista Debate Sindical, n.18 abril/ maio/junho 95 pg:26

*professora de geografia do município de São Paulo, secretária de relações de gênero da CNTE, coletivo da secretaria nacional sobre a mulher trabalhadora da Cut, membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Agressão em dobro

Aos maus tratos físicos, soma-se o preconceito de cor. Mesmo assim, as mulheres negras denunciam muito pouco os maus tratos sofridos. Fechar os olhos, porém, não faz o problema desaparecer



Vínculo afetivo é entrave para que as mulheres denunciem os autores da agressão, explica Vera Lúcia da Silva, titular da Delegacia da Mulher, de Brasília

Que a violência sexual e doméstica contra as mulheres é um fenômeno que afeta a todos, independentemente, de cor e classe, não se duvida. O sofrimento – resultado de noções de superioridade masculina erroneamente difundidas através da história em todo o mundo – atinge todos os grupos sociais e raciais, até onde se tem notícia.

Também não é novidade dizer que as mulheres de baixa renda tendem a denunciar mais que as de classe média e alta, que evitam esse tipo de exposição. O diferencial é que, de acordo com registros das instituições públicas de assistência às vítimas, a maioria dos agressores e vítimas são homens e mulheres brancos.

As mulheres negras tendem a

denunciar menos seus agressores – principalmente se eles também são negros – temendo o racismo. Segundo a secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, Nilcéa Freire, as mulheres negras “tenderiam a proteger seus agressores por medo de estigmas que acompanham os homens negros na relação com os órgãos de repressão”, como foi

confirmado na revista “Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero, construindo políticas públicas”, do órgão do governo federal. A conclusão a que se chega é que negras não sofrem, como os dados superficiais revelam, menos agressões que as brancas. Elas denunciam menos.

“Como a maioria dos casos acontece no ambiente familiar, muitas mulheres escondem a agressão por manterem um vínculo afetivo com o seu agressor”, explica a delegada Vera Lúcia da Silva, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Brasília.

Embora a violência contra a mulher atinja todas as raças, há um agravamento quando a mulher é negra, pois o racismo gera outras violências. Estatísticas americanas revelam que a taxa de homicídios para as mulheres negras é de 12,3 para cada 100 mil assassinatos, e para as brancas a mesma taxa é de 2,91%. Mulheres negras de 16 a 24 anos têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas que as brancas.

A maior explicação para essa diferença, segundo historiadores que comentaram os dados, é que na história, a população negra foi injus-

tamente tratada como bem material. A escravidão colocou, por séculos, os negros como objetos, que eram de propriedade de senhores brancos.

“O que poderia ser considerado histórias ou reminiscências do período colonial permanece atuante no imaginário social e se renova e adquire novas roupagens e novas funções numa ordem social supostamente democrática, mas que mantém intactos os papéis instituídos para as relações de gênero segundo a cor ou raça no período escravagista”, conclui a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Do imperialismo ao turismo sexual

A história faz com que as mulheres negras recebam, até hoje, atenção indesejada. Segundo a pesquisadora Adriana Piscitelli, em seu artigo *Sexo Tropical*, os estrangeiros que chegam ao Brasil em busca das promessas de turismo sexual preferem as mulheres negras. “Eles chegam procurando mulheres brasileiras em geral, mas têm nítidas preferências preconcebidas: garotas muito jovens, mulatas ou negras”.

As mulheres que se tornam vítimas da rede de turismo sexual (ou tráfico de mulheres para outros países) são invariavelmente muito pobres e, em geral, foram vítimas de abuso sexual em algum momento de suas vidas. Esses dados mostram que as negras são objetos privilegiados da fanta-

sia racista e imperialista de alguns turistas que, como afirma Piscitelli, querem “o contraste de sua branquidão com a negritude das meninas”.

Algumas mulheres negras, trazem consigo uma herança de graves seqüelas na auto-estima. Isso, segundo a pesquisadora, é um dos fatores que se somam à dificuldade e se expor para denunciar uma agressão sexual.

O perfil dos agressores também é influenciado pela passividade das mulheres ao deixar de denunciar quem a atacou. Ao contrário do que estereótipos ditam, segundo as pesquisas realizadas com base nos registros das instituições públicas de assistência às vítimas, os homens negros não são, em sua maioria, os autores da violência doméstica e sexual.



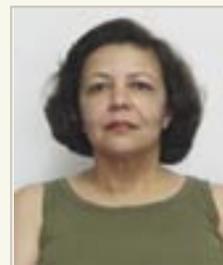
Negras são as preferidas pelos turistas

Eles tendem a respeitar suas parceiras e colegas, pois também sofrem preconceitos raciais.

Os registros não apontam diferenças gritantes nas amostragens de agressão por diferença de raça. Ainda assim, apontam o maior problema no quesito violência doméstica e sexual no Brasil. As vítimas ainda têm muito medo (ou vergonha) de falar sobre as agressões. Têm medo de denunciar.

Mulher e educação: a ideologia da submissão

Olivia Rangel Joffily *



A condição de subalternidade da mulher vem sendo explicada e reproduzida, ao longo dos séculos, sob as mais diferentes formas. As justificativas apresentadas para explicar e ao mesmo tempo reforçar esta situação vão desde as razões biológicas, que apontam a condição de reprodutora como a causa da inferioridade em que a mulher se encontra, até sua destinação histórica de ser complementar do homem em todas as suas atividades. A burguesia se apropriou das diversas explicações sobre a subalternidade da mulher, utilizando a seu bel prazer ora uma ora outra fundamentação. Continua a ver na emancipação feminina um perigo para seus interesses. E apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia de propriedade privada.

Ao longo da história da humanidade, a ignorância sempre foi causa de atraso e de submissão de povos e indivíduos. O monopólio e o controle do saber foram, e são, preocupação permanente de regimes autoritários. A dificuldade de acesso dos oprimidos à instrução e à ciência é uma constante em todos os tempos. No caso da mulher essa dificuldade é tanto maior quanto mais inferiores são os papéis a ela destinados. Numa

rápida análise do processo educacional na sociedade, observamos que, no referente à mulher, as barreiras de acesso à instrução são muito grandes, principalmente quando ela não integra a classe dominante. Em “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, Heleieth Saffioti afirma ao analisar a instrução feminina na Colônia e no Império: “Na civilização portuguesa, não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira heresia social”. E completa: “O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas”.

O estado de pobreza cultural em que se encontravam as mulheres na época colonial levou a que, na São Paulo do século XVII, apenas duas mulheres soubessem ler e escrever e o primeiro documento assinado por mãos femininas datasse de 1699. É bom lembrar que no período anterior, logo após o descobrimento do Brasil, a instrução não era compreendida no seu valor social e sim como instrumento de catequese, ministrada pelos jesuítas. E para a Companhia de Jesus a mulher deveria se submeter à Igreja e ao marido conforme os preceitos do apóstolo Paulo. Nesse quadro, nos primeiros dois séculos de existência do Brasil a mulher só podia receber

alguma instrução nos conventos ou nos mosteiros de Portugal. O que significava que apenas as ricas e brancas tinham acesso ao saber, já que as escravas, por exemplo, eram proibidas de sair da senzala. Em decorrência, num largo período de nossa história a ignorância foi o traço essencial da mulher.

A preocupação mais organizada com a instrução feminina só surge no século XIX. O primeiro projeto de ensino que concedia à mulher o direito de instrução nas escolas de 1º Grau convertido em lei em 15 de outubro de 1827. Ele já surge introduzindo diferenças entre os currículos das escolas masculinas e femininas. Os primeiros ensaios de luta feminista no Brasil, que surgem neste século, levantam a bandeira da instrução feminina como uma de suas preocupações centrais. Enfrentando os preconceitos da época, mulheres organizavam escolas e abriram jornais para tentar despertar suas companheiras da ignorância e da submissão. Em 1873, na cidade de Campanha de Minas, a professora Senhorinha da Motta Diniz lançava nas páginas do primeiro número do jornal “O Sexo Feminino” fundado por ela, o seguinte libelo: “O século XIX, século das luzes, não se findará

sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido na educação das mulheres e ao falso suposto de pensarem nelas como um traste da casa”.

A luta da mulher para ver reconhecido seu direito de instrução tem sido uma batalha permanente contra o atraso e os preconceitos. Ainda em 1942 a Reforma Gustavo Capanema representou uma séria ameaça ao direito da mulher à instrução, sugerindo que a educação secundária de mulheres se fizesse em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina. Ao longo do tempo mantiveram-se ainda diferenças significativas entre o acesso de homens e mulheres à educação. Em 1964, mais de 20 mil homens concluíram o curso superior, contra cerca de sete mil mulheres. Com o desenvolvimento econômico do país e a conseqüente integração da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, com a ampliação das conquistas sociais impostas pela luta dos trabalhadores e o crescimento dos movimentos feministas, vêm caindo as barreiras formais para o acesso da mulher à instrução. A taxa de alfabetização feminina vem se igualando à masculina, chegando a superá-la nos grupos mais jovens. Na década de 70 as mulheres passaram a ser maioria no acesso às faculdades. Entre 1970 e 1980 o número de candidatas aos cursos universitários aumentou 45%.

No entanto, o crescimento do

acesso da mulher à instrução não pode ser entendido como o término das discriminações, tanto em relação à quantidade, quanto ao conteúdo da educação que é ministrada. A participação feminina nas escolas de nível superior se dá, principalmente, naquelas que se preparam para o magistério secundário e em carreiras não privilegiadas. Há poucas exceções, como a medicina. Mas o cresci-

A luta da mulher pelo direito de instrução é uma batalha contra o atraso e os preconceitos. Em 1942, Gustavo Capanema, ameaçou esse direito, sugerindo educação feminina em estabelecimentos exclusivos

mento da participação feminina nesta área tem sido acompanhada pelo assalariamento do médico e a perda de seu prestígio como profissional liberal. A integração feminina no ensino superior mantém a dicotomia entre carreiras femininas e carreiras masculinas.

Apesar da aparente igualdade constitucional de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, o ensino formal em seus diversos níveis parece atuar no sentido de separar os sexos por ramos e áreas de conhecimento. O papel de subalternidade

da mulher vem sendo reforçado sobretudo através da educação diferenciada, que procura impor padrões diferentes para homens e mulheres. O livro didático desempenha um importante papel nesta cadeia de produção e reprodução de concepções discriminatórias em relação à mulher. É, em resumo, uma produção da indústria cultural, destinada às grandes massas de estudantes. Um importante agente reproduzidor da ideologia dominante. Em “Mentiras que parecem verdades”, Marisa Bonazzi e Umberto Eco afirmam que a banalização dos temas, problemas e conflitos no livro didático decorrem da necessidade do mundo capitalista de padronizar tudo e submeter todos à lógica e ao ritmo de sua produção.

Desde 1996 as editoras inscrevem os livros no PNLD para avaliação do MEC. Os aprovados são resenhados e oferecidos para escolha das escolas (e professores). E aqui temos, portanto, um importante campo de batalha onde as mulheres devem fazer ouvir sua voz, no sentido de garantir a escolha de livros não discriminatórios, que reflitam as enormes transformações políticas, sociais e culturais que ocorreram na vida real das mulheres e que resgatem seu verdadeiro papel na história de nosso país.

* Olivia Rangel Joffily é jornalista e professora, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP. Membro do Conselho Consultivo da União Brasileira de Mulheres e pesquisadora do CENPEC (Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Ação Comunitária)

Depois da dor, uma vida nova

Após oito anos de tormentos com o ex-companheiro, que chegou a algemá-la na cama por 22 dias, Jucilene criou coragem e fugiu. Hoje, ela está casada, tem três filhos e só pensa em ser feliz

Casada, apaixonada. Vivendo com seu novo amor e seus três filhos.

Um sorriso sempre nos lábios. Feliz. A vida de Jucilene Maria dos Santos poderia passar, à primeira vista, pela concretização de um conto de fadas. Ela carrega, no entanto, um passado assombroso. Foram necessários oito anos para se livrar dos abusos crescentes do antigo companheiro. Do momento que resolveu dar queixa de seus espancamentos, torturas, ameaças e humilhações, foram necessários seis meses na Casa-Abrigo do Distrito Federal para reaprender a viver.

No ano passado, a **Revista Matria** contou a emocionante história de Jucilene. Ela venceu o medo e o comodismo e denunciou o ex-companheiro que a maltratava, deixando uma mensagem de coragem, bom-humor e otimismo. Apesar de ter passado oito anos de abusos, Jucilene ainda ousava rir e desafiou a vida, prometendo ser feliz. Agora, **Matria** voltou a procurar Jucilene, apenas para descobrir que ela honrou sua promessa e está muito bem, obrigada.

A sergipana passou por maus bocados antes de ir para a Casa-Abrigo. Logo no início do relacionamento, grávida de um antigo



Antes de ir para a Casa-Abrigo do Distrito Federal, a sergipana Jucilene foi vítima da traição da ex-esposa do companheiro. Ciúme doentio quase a matou

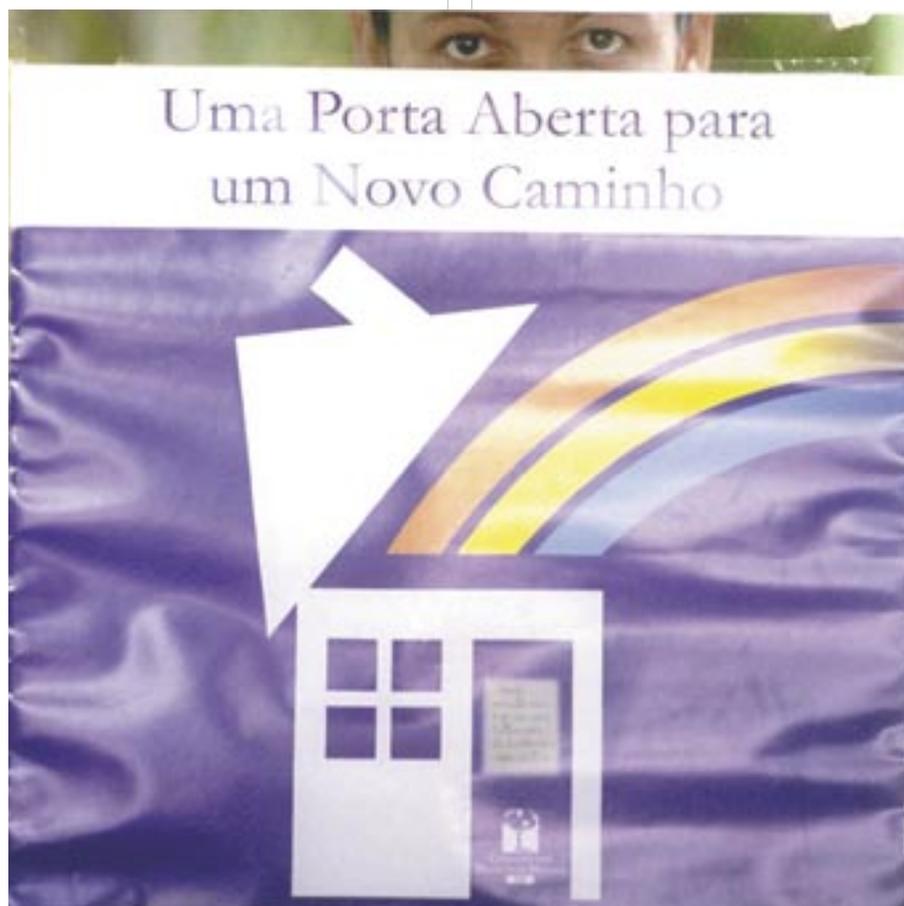
namorado, acabou sendo vítima do ciúme doentio do companheiro, traumatizado com a traição de sua ex-mulher. Por conta disso, ele a deixou mais de uma vez presa por cordas ou algemas. Chegou a ficar três dias amarrada a uma árvore e 22 algemada na cama.

Moradora de Girassol (GO), entorno do DF, ela não tinha a quem recorrer ou para onde fugir. Seu ex-companheiro, colecionador de armas, chegou a dar coronhadas e facadas em Jucilene. Ameaçava constantemente matar a ela ou a sua filha mais velha. Por isso, nunca reagia. O medo era maior que o orgulho.

A gota d'água veio quando Jucilene montou um pequeno armarinho. O companheiro não gostou de ver a mulher com relativa independência econômica e tentou forçá-la a desistir da loja. Com a auto-estima renovada pelo sucesso profissional, ela enfrentou o marido, que voltou a espancá-la. Desta vez, porém, a briga foi parar na Delegacia de Atendimento à Mulher, de onde Jucilene foi encaminhada para a Casa-Abrigo do DF.

Ela brigou meses na justiça pela guarda dos filhos. Descobriu também – com a ajuda das psicólogas da casa – que seu algoz abusava sexualmente de sua filha mais velha. Hoje, passado todo o episódio, ela tem a certeza de que fez a coisa certa. Ela tem, hoje, uma nova vida, livre de agressões, e a certeza de que nunca mais será uma vítima.

O combate à violência doméstica contra mulheres é uma luta diária. A história de Jucilene serve



A Casa-Abrigo visa proporcionar segurança e proteção às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica para que elas possam voltar a viver em paz

para mostrar que essa luta é de todos, é da sociedade, é do Estado, e não apenas da vítima. Ainda sim, quem deve dar o primeiro e maior passo é a mulher. Quem superou o trauma de uma história de abusos garante: lutar é a única solução para conseguir superar a violência sofrida.

Vivendo há meses com seu novo marido e feliz com sua vida e seus filhos, Jucilene já não menciona muito todo o episódio, a não ser para dar conselhos a quem vier a passar por uma situação tão difícil quanto a que ela passou. Não esconde, no entanto, o que aconteceu, porque, graças à ajuda dos psicólogos da Casa-Abrigo, entende que não é vergonha ter

sido uma vítima. Hoje, ela sabe que não foi ela a responsável pela época tenebrosa que ocorreu em sua vida, e que o único responsável foi o marido, que, hoje, ela se orgulha de ter deixado.

Depois de seis meses vivendo escondida, sob proteção judicial, ela voltou à sociedade e está em paz, com tranquilidade e alegria. A Casa-Abrigo tem como objetivo proporcionar segurança e proteção às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, proporcionando meios para que vençam o medo e voltem a viver em paz. O ingresso no programa de proteção é permitido quando existe risco de vida à vítima.

Um espancamento a cada 15 segundos

Segundo relatório da Anistia Internacional, a cada 15 segundos uma mulher é espancada; 700 mil mulheres são violentadas por ano. Um total de 70% dos atos de violência acontece dentro de casa. Na maioria das vezes o agressor é o próprio marido ou companheiro. Mas mesmo sendo as principais vítimas, não são só as mulheres que sofrem com o problema. De acordo com o Laboratório da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no ano de 2002, foram notificados 542 casos de violência contra crianças e adolescentes só no Distrito Federal, sendo 156 casos de violência física, 21 de violência sexual, 41 de violência psicológica e 323 notificações de negligência. A melhor solução para o problema é vencer o medo e denunciar.

Nas casas-abrigo em todo o Brasil, as mulheres podem participar do Programa de Atendimento Jurídico, onde advogadas trabalham pela garantia dos direitos das vítimas e de seus filhos, de forma a proporcionar a cidadania dessas pessoas.

A média de permanência no local é de apenas três meses, para que as mulheres não criem vínculos. A idéia é que elas reaprendam a viver. Quando chegam na casa, passam pelo Programa de Promoção da Saúde Integral de Mulheres, Crianças e Adolescentes, onde são realiza-

dos exames clínicos e preventivos, acompanhamento pré-natal e palestras sobre planejamento familiar e doenças sexualmente

vítimas chegam tão traumatizadas no local que precisam de acompanhamento individual, de forma a aprender a conviver

Marcas de quem sofre

- Distúrbio do sono e pesadelos
- Distúrbios alimentares
- Assusta-se com facilidade
- Irritabilidade e agitação
- Lembranças de eventos traumáticos
- Necessidade compulsiva de falar sobre o assunto
- Dificuldade de concentração e memória
- Choro sem motivo aparente
- Depressão emocional e isolamento
- Falta de interesse social
- Dificuldade em tomar decisões
- Comportamentos compulsivos relacionados à comida, cigarros, bebidas
- Dificuldade de relacionamento sexual
- Idéias suicidas
- Tendência a reproduzir, com os filhos, a violência sofrida
- Dificuldade de construir perspectivas de vida futura

transmissíveis. As crianças têm atendimento pediátrico e avaliação de seu estado de saúde e psicológico. Se necessário, as vítimas também têm acesso à fisioterapia para se recuperarem das agressões.

A idéia do Programa Casa-abrigo é reinserir as vítimas na sociedade, como cidadãs e tirá-las da situação de violência doméstica. Um dos tratamentos mais importantes disponíveis no abrigo é o psicológico. Muitas

com os traumas e dar seqüência à vida. Existem também terapias em grupo e oficinas terapêuticas.

Quando entram no programa de proteção, crianças e adolescentes são automaticamente matriculados nas escolas mais próximas, de forma a darem continuidade aos estudos. Por motivos de segurança, a casa-abrigo freqüentemente muda suas instalações de modo a permanecer sob sigilo.

Comércio de gente

Brasil tem 241 rotas de tráfico de mulheres. Espanha é o destino mais comum das adultas, enquanto menores são exploradas aqui dentro



“Tem 17 anos e fugiu de casa
 Às 7 horas da manhã do dia errado
 Levou na bolsa umas mentiras pra contar
 Deixou pra trás os pais e o namorado
 Um passo sem pensar
 Um outro dia, um outro lugar
 Pelo caminho, garrafas e cigarros
 Sem amanhã por diversão roubava carros
 Era Ana Paula, agora é Natasha
 Usa salto 15 e saia de borracha”

Capital Inicial

Negócios de fachada como boates, agências de modelos e postos de combustíveis acobertam rede de tráfico e prostituição forçada de mulheres e meninas

A música da banda Capital Inicial (acima) reflete um ideal romântico de liberdade a qualquer custo. Ela também remete, no entanto, à triste história de adolescentes que, em busca de uma vida melhor, de diversão ou para tentar fugir de algo que as atormenta, acabam caindo nas garras da rede de tráfico internacional para prostituição.

Existem, atualmente, no Brasil 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas de tráfico de mulheres para exploração sexual no exterior, distribuídas, por regiões, da seguinte forma: 76 na Região Norte, 69 na Região Nordeste, 33 no Centro-Oeste, 35 no Sudeste e 28 na região Sul. O destino mais comum das mulheres, ao sair do Brasil, é a Espanha, para onde há 33 rotas, seguida pela Holanda (11), Vene-

zuela (10), Itália (9) e Portugal (8). As mulheres adultas são, preferencialmente, traficadas para outros países (Espanha, Holanda, Venezuela, Itália, Portugal, Paraguai, Suíça, Estados Unidos, Alemanha e Suriname), enquanto as adolescentes, mais do que crianças, são traficadas através das rotas intermunicipais e interestaduais, com conexão para as fronteiras da América do Sul (Venezuela, Guia-

na Francesa, Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Suriname).

Para tentar reverter o quadro do tráfico de mulheres, o Congresso Nacional criou em 2003 a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada a investigar as Redes de Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. A senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE), uma das autoras do requerimento que criou a CPI da Exploração Sexual, foi eleita presidente da Comissão.

O requerimento de criação da CPI da Exploração Sexual teve como base a pesquisa “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf)”, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e coordenado, no Brasil, pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente (Cecria).

De acordo com a coordenadora da Pestraf, Maria Lúcia Leal, a maioria das rotas é acobertada por uma rede “de fachada” de empresas de turismo, moda, transporte e entretenimento. Há, segundo informou, muitos casos comprovados de aliciamento de jovens envolvendo boates, agências de modelo, postos de combustíveis e outros negócios.

Outro problema apontado pela pesquisadora diz respeito à convivência de autoridades públicas. “Não sabemos ao certo o número de vítimas, nem a idade delas,

porque há muita falsificação de documentos, o que pressupõe a conivência de parte do poder público”, concluiu Maria Lúcia.

O perfil das vítimas mostra que elas geralmente vêm de famílias de baixa renda e escolaridade,

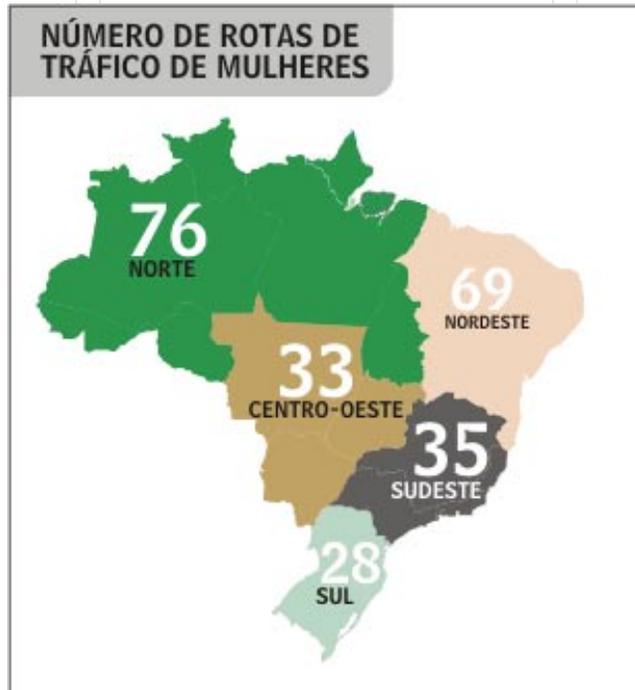
(sofrem violência social, interpessoal e estrutural) o que facilita a inserção da criança e do adolescente nas redes de comercialização do sexo, pois tornam-se vulneráveis frente à fragilidade das redes protetoras (família/Estado/Sociedade).

Segundo a pesquisa, as adolescentes ficam deslumbradas com a possibilidade de juntarem muito dinheiro no exterior – a principal arma de sedução dos traficantes – de conquistarem um trabalho estável e com a atraente possibilidade de rápido enriquecimento.

O relatório da pesquisa também apresenta sugestões para mudanças na legislação. Uma delas é passar a considerar o aliciamento e o transporte de pessoas dentro do país como crime de tráfico sexual,

já que, por lei, o crime só acontece quando é comprovado o deslocamento das vítimas para outro país.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI, disse que essas sugestões poderão se transformar em projetos de lei. “Nada justifica o fato de a lei prever o tráfico internacional e deixar de fora o tráfico dentro do país, até porque o tráfico interno é base para o que feito no exterior”, afirmou a senadora. Ela lembrou o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de combater, de maneira prioritária, a exploração e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Também



habitam a periferia, moram com familiares e, em muitos casos, já sofreram algum tipo de violência sexual dentro de casa. A pesquisa demonstra que as mulheres e as adolescentes em situação de tráfico para fins sexuais, geralmente já sofreram algum tipo de violência intrafamiliar (abuso sexual, estupro, sedução, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, abandono, negligência, maus tratos, dentre outros) e extrafamiliar (os mesmos e outros tipos de violência intrafamiliar, em escolas, abrigos, em redes de exploração sexual e em outras relações).

As famílias também apresentam quadros situacionais difíceis

destacou a necessidade da efetiva implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em junho de 2000 e prometeu esforço pessoal no sentido de elevar os recursos orçamentários para o combate à exploração de crianças e adolescentes.

Desde a sua criação, em junho de 2003, a CPI da Exploração Sexual contabilizou mais de 600 denúncias de todo o País nos seus cinco primeiros meses de trabalho. Entre junho e novembro de 2003, a comissão havia visitado 14 Estados, onde realizou diversas diligências e audiências públicas, realizou 20 reuniões, aprovou 110 requerimentos e expediu 720 ofícios a vários órgãos e autoridades do Brasil inteiro. No dia

12 de novembro, o Congresso Nacional aprovou a prorrogação dos trabalhos da CPI até 30 de junho de 2004.

Na opinião da senadora Patrícia Saboya, a comissão já obteve importantes vitórias no enfrentamento da exploração sexual. Foram presos oito vereadores – seis da cidade de Porto Ferreira (SP) e dois em Campo Grande (MS) – e um vereador de São Luís teve sua prisão preventiva decretada. Além disso, segundo a senadora, a força política da comissão tem feito com que autoridades de todo o Brasil reforcem suas ações no combate a esse tipo de crime. Na cidade paraense de Augusto Correia, por exemplo, o vice-prefeito, flagrado em um motel com três adolescentes, acabou na cadeia. Além disso,

durante diligência realizada pela CPI em Estados da região Norte, a Polícia Federal prendeu uma famosa cafetina da cidade de Boa Vista (RR), acusada de manter em regime de cárcere privado meninas oriundas de Manaus.

Para Patrícia, um dos principais ganhos da CPI até agora é o da mobilização social. “Acho que a CPI conseguiu, em pouco tempo, dar maior visibilidade ao tema”, acredita. Segundo a senadora, esse é um passo fundamental para acabar com a impunidade que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Um dos maiores empecilhos, porém, é que as redes são altamente sofisticadas e, muitas vezes, se valem do aparato público para se organizar.

Rede criminosa rende bilhões

O tráfico internacional de mulheres e crianças movimenta, anualmente, de US\$ 7 a US\$ 9 bilhões. Somente perde, em lucros, para o tráfico de drogas e o contrabando de armas. Os dados da Organização para o Controle de Drogas e Prevenção do Crime são apontados pelo professor Damásio de Jesus, autor do livro “Tráfico internacional de mulheres e crianças no Brasil” (Editora Saraiva).

O autor é um dos maiores especialistas do país em Direito Penal. Representou várias vezes o Brasil perante a Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas.

Damásio considera que a legislação sobre tráfico de mulheres e crianças no Brasil é “insuficiente e confusa”, o que faz com que se instalem dúvidas, em inúmeras situações, acerca de qual enquadramento penal deva ser realizado.

Por ser país de origem e não de destino, o Brasil enfrenta dificuldades em combater o tráfico. A maior barreira é a falta de colaboração das famílias, que são coniventes. Mais razoável, ainda, é pensar que a dificuldade decorre da desconfiança que as vítimas têm da Polícia e do temor de sofrerem represálias.

A quem recorrer

SOS Tortura:
0800 707-5551

Disque Sistema Nacional de Denúncia (ABRAPIA):
0800 99-0500

FIA - Crianças Desaparecidas:
(21) 2286-8337

Programa “Sentinela”:
(61) 315-1639

Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil:
(61) 347-8524

Ministério da Justiça
(61) 429-3244
traficosereshumanos@mj.gov.br

Ministério da Saúde
www.ms.gov.br

Aborto: decisão das mulheres. Nem da Igreja, nem do Estado

Dulce Xavier*



As conquistas das mulheres sempre significaram um caminho de lutas intensas e longas e com os direitos sexuais e reprodutivos não tem sido diferente. Resultado de uma construção coletiva e amadurecida das mulheres, estes direitos encontram muitos obstáculos para serem concretizados totalmente. Entre os inimigos mais poderosos estão as instituições religiosas e dentro destas, no caso latino-americano, a Igreja Católica. Na tradição católica, que está também presente na nossa cultura, há uma dificuldade ou mesmo uma impossibilidade de encarar a sexualidade humana de forma natural.

“A posição da Igreja Católica em relação à sexualidade, aos métodos anticoncepcionais e ao aborto, reiterada em suas encíclicas, nas intervenções políticas no processo das Conferências do Cairo e de Pequim, bem como nas campanhas de prevenção da AIDS revela sua dificuldade em lidar com o pluralismo das sociedades modernas e com as reivindicações das mulheres. Revela ainda, mais uma vez, sua não aceitação do princípio da liberdade e da autonomia individual no exercício da sexualidade, e da capacidade reprodutiva, como direito fundamental e inalienável do ser huma-

no, mulheres e homens” (Nunes & Jurkewicz: 2002;57).

Nos últimos 25 anos, sob o Papa João Paulo II, os setores progressistas, que foram determinantes para o fortalecimento da democracia e que contribuíram com os mais oprimidos nas lutas sociais, sofreram vários golpes. Nos últimos anos, a Igreja Católica tem divulgado uma seqüência de documentos e declarações que além de mostrar um aprofundamento das posturas do Vaticano sobre estas questões, demonstra o crescimento desta postura fundamentalista do setor conservador e sua tentativa de influenciar na política interna dos países. Isso se verifica, por exemplo, o caso da “recomendação” dos conservadores aos parlamentares católicos para votarem contra a possibilidade de uma legislação que reconheça os direitos de parceiras/os do mesmo sexo. Hoje até o Estado Laico está em perigo.

Mas também há resistência! A cada dia que passa vemos crescer o número de pessoas, que, mesmo participando de algumas religiões, expressam suas discordâncias e tem uma prática diferente das “recomendadas” por suas religiões. No caso das iniciativas para prevenir a AIDS, temos no Brasil várias entidades e pessoas ligadas

à Igreja Católica que acolhem, tratam e promovem a prevenção através da distribuição de camisinha, fazendo prevalecer o bom senso e a solidariedade humana.

Com alegria constatamos o crescimento do número de simpatizantes e o fortalecimento das atividades de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina. A indignação diante de tanta intransigência dos setores conservadores da Igreja Católica fortalece nosso ânimo.

Um dos momentos mais marcantes de nossa ação tem sido, junto com outros grupos organizados de mulheres, a Campanha pela Descriminalização do aborto na América Latina e Caribe. As Católicas pelo Direito de Decidir do nosso continente se uniram numa ação regional e produziram uma Declaração onde reafirmamos as razões pelas quais defendemos a descriminalização do aborto na América Latina. Transcrevemos a mesma abaixo como uma forma de reafirmar nosso compromisso e selar nossa parceria com todas as mulheres na conquista de nossos direitos:

Porque afirmamos “O direito das mulheres à autonomia e ao controle de seu próprio corpo e a vivência prazerosa de sua sexualidade, sem distinção de classe, raça/etnia, credo, idade e orienta-

ção sexual” (Carta de princípios). Porque a tradição da Igreja Católica afirma que: “O ser humano deve obedecer sempre ao julgamento certo de sua consciência” (Catecismo da Igreja Católica, 1800).

Porque reconhecemos que existem razões de consciência profundas que levam as mulheres a decidir pela realização de um aborto.

Porque não podemos esquecer a situação da saúde reprodutiva em toda América latina, em especial a situação das mulheres, que continuam morrendo em decorrência do aborto clandestino.

Porque a Conferência do Cairo afirma que os Direitos Sexuais e Reprodutivos são fundamentados nos Direitos Humanos.

Porque constatamos que a proibição legal do aborto não tem conseguido diminuir a morte de mulheres, nem diminuir sua prática.

Por isso, queremos expressar nosso compromisso e luta pela descriminalização e legalização do aborto na América Latina, porque desta forma as mulheres poderão exercer seu direito de decidir frente à necessidade de interromper a gravidez.

Lutar pela descriminalização e legalização do aborto na América Latina significa aceitar a diversidade de possibilidades que as mulheres têm para enfrentar o dilema de uma gravidez não desejada. Acreditamos que a causa da problemática do aborto não é a lei, nem sua solução é exclusivamente legal, mas apoiar a descriminalização é reconhecer o direito de mulheres que em determinadas circunstâncias vêem o aborto

como uma alternativa para a gravidez indesejada.

“Por trás do problema de penalizar ou não o aborto entram em jogo também outras realidades humanas muito graves: a dignidade da mulher, a injustiça social, o machismo, a ignorância quanto à sexualidade, diferentes atitudes culturais e morais quanto à vida, o uso de anticoncepcionais, a moral e o papel de autoridades civis e eclesásticas, etc” (Aguirre, 2000).

Como Católicas pelo Direito

A cada dia cresce o número de pessoas, que, mesmo participando de algumas religiões, têm uma prática diferente das “recomendadas”

de Decidir entendemos que um grave problema contra a autonomia das mulheres é o avanço dos fundamentalismos religiosos e políticos no mundo; com frequência as diferentes instâncias do Estado, especialmente os âmbitos legislativos, são pressionados pelos representantes de confissões religiosas, com o fim de impor normas e condutas, próprias desse credo religioso, para o conjunto dos cidadãos/as, independentemente, de que se-

jam ou não, seguidores/as dessa confissão religiosa.

Estas forças se mobilizam especialmente contra as políticas de saúde reprodutiva e contra os direitos dos homossexuais e das lésbicas, utilizando slogans em defesa da família, da moral e dos bons costumes. Quando as forças religiosas pretendem proibir o exercício dos direitos conquistados, como o uso de anticoncepcionais, o uso da camisinha como forma de prevenção da Aids, a livre orientação sexual, etc. estão querendo impor às pessoas, restrições às suas decisões pessoais e desta maneira entrar no campo da vida privada. Decisões estas que dependem da consciência e dos valores de cada pessoa e não dos ditados das instituições governamentais e religiosas.

As religiões têm todo o direito de opinar sobre estes assuntos, porém não podem impor à sociedade sua norma moral. Ao Estado, como centro legislador da cidadania, compete respeitar as normas gerais da ética, que não dependem de credos internos aos grupos religiosos.

Afirmamos que a decisão por um aborto não compete ao Estado nem a uma determinada religião, temos que reconhecer a autoridade moral e a capacidade ética das mulheres para tomar decisões sobre todos os campos de sua vida, inclusive no caso de um aborto.

Bibliografia:

Nunes, Maria José Rosado & Jurkewicz, Regina Soares. Aborto: um tema em discussão na Igreja Católica - o surgimento de “Católicas pelo Direito de Decidir”. In Aborto Legal, implicações éticas e religiosas. São Paulo, Católicas pelo Direito de Decidir, 2002.

* Militante do Movimento Católicas Pelo Direito de Decidir.

Mais anos e mais vida

Mulher brasileira já vive quase até aos 75 anos em média. Tempo extra de vida está sendo preenchido com lazer, cultura e com a busca de um novo amor



Cada vez mais idosas se recusam a passar a aposentadoria em casa. Cadeira de balanço, dá lugar ao balanço das pistas de dança e dos salões de baile

Já foi o tempo em que quem tinha lá seus cabelos brancos e hesitava em dizer a idade era considerado idoso, velhinho, aquela pessoa pertencente ao grupo da terceira idade. Com a melhoria da qualidade de vida, há cada vez mais brasileiros e brasileiras chegando aos seus 60, 70, 80 e até 90 anos de idade com pique que deixa muitos jovens com inveja. E o melhor, com toda a maturidade que a bagagem de todos esses anos traz.

A expectativa de vida do brasileiro aumentou, no total, oito anos e meio dos últimos 20 anos para cá. Em 1980, a média de vida era de 62 anos e meio. Hoje, essa esperança média chega a 71 anos, a primeira vez que ultrapassa a casa dos 70. As mulheres continuam vivendo mais que os homens. Enquanto a expectativa para o sexo masculino é de 67,3 anos, para o sexo feminino chega a espantosos 74,9. O aumento da expectativa de vida brasileira jogou o País na

87ª posição no ranking mundial (a média mundial é de 65,4 anos).

O melhor disso tudo é como se vive depois dos 60. Antigamente, uma idade amedrontadora, na qual muitos esperariam viver um sem fim de doenças sucessivas e intermináveis, hoje vive-se muito bem a velhice. E sem perder o charme.

Mas, se o brasileiro vive mais, o que ele faz com seu tempo? Quem acha que as novas velhinhas aproveitam seu tempo

tricotando peças de lã, fazendo biscoitos assados no forno e cuidando – ou mimando, depende do caso – dos netinhos está redondamente enganado. Essa lacuna está sendo preenchida, cada vez mais, com atividades físicas, culturais, com trabalho, entretenimento, viagens e, no caso de pessoas sem companhia, até na busca de um novo amor.

Como bem lembra Carlo Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto, assessor especial da Presidência da República, clubes de terceira idade que se multiplicam pelo Brasil. Ali os idosos encontram seus pares, promovem festas e jogos, clubes de leitura e música, dedicam-se ao artesanato ou atuam como voluntários em obras sociais. Sobra até tempo pra paquera. “Quem dera os mais jovens se empenhassem em ampliar esses espaços, favorecendo aqueles que são as nossas raízes e têm muito a nos ensinar? Um velho é como uma árvore: só agasalhando-se à sua sombra descobrimos como está carregada de frutos para nos alimentar”, romantiza no seu artigo “Velhice: a melhor idade”.

Um dos lugares mais procurados para indicar opções de atividades e lazer no País é a Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade (ABCMI), uma sociedade sem fins lucrativos fundada em 1989 em Brasília. Faz parte de um programa implantado pela Embratur, visando estimular atividades de turismo e lazer para as pessoas maiores de 50 anos. Por meio de clubes da melhor idade espalha-



Atividades físicas preenchem o tempo livre, permitem a socialização e ajudam na manutenção da boa saúde. Terceira Idade é, cada vez mais, a melhor idade

dos por todo o País, os associados participam de viagens e passeios turísticos programados por agências credenciadas pela Embratur a custos bem reduzidos. No Distrito Federal, a Associação ainda presta apoio técnico nas atividades turísticas, culturais, de lazer, recreação, aprimoramento físico, e psicológico aos clubes da melhor idade a ela filiados.

O fato é que dentro de casa é o lugar menos indicado para encontrar idosos hoje em dia. E não é para menos. O leque de oferta de produtos direcionados para esta parcela da população cresce a rodo. São os mais variados cursos, que vão de culinária e mesmo tricô, antigos campeões da categoria, à hidromassagem, natação e – por que não? – esportes radicais como *rafting* (descida de rios em um bote ou bóia), *cannyoning* (caminhada, escalada e rapel em trechos montanhosos) e *trekking* (caminhadas que levam dias por percursos acidentados, com paradas noturnas para

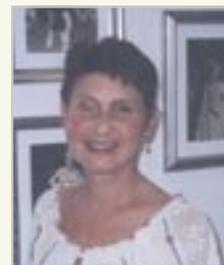
acampar ao ar livre). Haja fôlego!

A preocupação com a estética também aumentou na faixa dos “enta” (quarenta, cinqüenta, sessenta e por aí vai). Hoje em dia, o mercado oferece uma infinidade de tratamentos de beleza voltados para a terceira idade. A idéia é parecer tão jovem quanto se é por dentro. Se a qualidade de vida evoluiu tanto para essa faixa etária, porque não “disfarçar” a idade? Afinal, um pouco de vaidade não faz mal a ninguém, desde que não se deixe levar pela promessa da juventude eterna que serio é, no fim das contas, perder um pouco da maturidade adquirida. Como diz Lya Luft, autora do livro *Perdas e Ganhos*, “Há um ano e pouco, faço musculação três vezes na semana. Não quero ficar com o corpo da Gisele Bündchen. Quero aos 80 anos ainda conseguir me levantar sozinha”, brinca.

Leia sobre o livro “Perdas e Ganhos” na página 41

A visibilidade do invisível e a luta pela emancipação

Loreta Valadares *



Poder-se-ia dizer que a história da mulher na sociedade é a história da invisibilidade visível. Ou da visibilidade do invisível. Explico. Quando se olha para um determinado espaço político, como a direção de um sindicato, a direção de uma universidade ou de uma entidade estudantil, a representação parlamentar, os órgãos executivos, a administração pública, etc. é visível a ausência ou a presença diminuta da mulher. E quando se vai olhar a fundo o processo de construção daquele instrumento político ou daquela instituição, a elaboração e execução de projetos, a participação nas atividades, a presença ativa nas greves, nas lutas políticas, nas campanhas eleitorais, nas diversas áreas do saber científico, o invisível se faz visível. Só que continua oculto e o que se vê é a sua invisibilidade. É preciso tornar o invisível, visível.

Se as mulheres parassem, fizessem greve geral, por exemplo. Aí, se tornaria visível a sua invisibilidade. Porque o mundo teria paralisada 51% de sua população. Seria o caos. De manhã, milhões de crianças chorando, porque não teriam quem lhes amamentassem, nem quem lhes vestis-

sem ou levassem aos colégios. Milhares de cafés da manhã não seriam postos à mesa. Maridos voltariam para casa e não teriam almoço pronto. Lojas, oficinas, fábricas não teriam capacidade de funcionar. Hospitais sem enfermeiras, escolas sem professoras, bancos sem digitadoras, recepcionistas, telefonistas, operárias (textéis, metalúrgicas, etc), todas paradas. Milhões de hectares nos campos ficariam sem ser semeados, as colheitas se perderiam. A invisibilidade da mulher apareceria, então, em todos os espaços, no cotidiano, em todas as esferas da produção, em todos os campos do saber científico, nas formas artísticas e culturais.

Por inusitada que pareça esta abordagem da teia visível/invisível, com uma certa dose de humor (o feminismo, em sua arguta capacidade crítica, tem imensa capacidade de rir), ela revela o que não pode mais ser escondido e que os movimentos feministas têm denunciado em suas lutas, nos fóruns internacionais governamentais e não-governamentais, na academia: o viés sexista no contar a história da humanidade, nas análises sociológicas, nas pesquisas sociais, nas investigações antropológicas. É

bem verdade que, fruto do imenso trabalho de pesquisadoras e cientistas feministas o conceito de gênero já adquiriu status de categoria teórica, ocupando seu lugar como ferramenta de análise científica. Por outro lado, as conferências internacionais sobre a mulher, a partir da primeira no México, em 1975 (seguiram-se a de Copenhague, em 1980, a de Nairobi, em 1985 e a de Beijing, em 1995, Beijing+5 em 2000), além de outras reuniões internacionais, como a Eco'92, no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial de Direitos Humanos, (Viena, 1993) e a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 95) jogaram decisivo papel na incorporação da perspectiva de gênero nas análises sociais e projetos governamentais. Especialmente após o documento Plataforma Beijing 95, firmado entre os governos participantes da IV Conferência Mundial, em meio a intensa luta, diversos países têm ratificado os compromissos assumidos, inclusive o Brasil. São conquistas que contribuem para retirar da invisibilidade a luta das mulheres, suas reivindicações, seu clamor libertário.

Tudo bem. Mas é exatamente por isso, por esta nova assimilação da condição de gênero, que não se

pode esquecer que a invisibilidade da mulher no mundo é histórica, tem raízes profundas e permanece estrutural e culturalmente quase inalterada. Sempre é preciso não perder de vista a radicalidade que está na gênese do movimento feminista. Sempre será preciso imprimir caráter emancipacionista à luta da mulher, recuperar a energia do grito, emergir do silêncio do discurso político e ocupar lugar estratégico nas lutas sociais e nas diversas instâncias da sociedade. Sem medo da força estrutural/cultural das relações desiguais de gênero que se dão em todas as esferas da sociedade fundada nas relações desiguais de classe. Sem medo da essência revolucionária que “a mais longa das lutas” encerra em sua caminhada histórica, o que significa ir mais além das agendas internacionais, ultrapassar os limites do já conquistado, impregnar a luta contra a opressão de gênero na já intrincada trama das lutas sociais, assumindo a luta contra os agentes da opressão que são os mesmos que oprimem toda a sociedade. Enfim, sem medo de inserir o movimento feminista na luta concreta para romper todos os elos de opressão e conquistar uma sociedade radicalmente nova: sem discriminação de sexo/gênero, de raça e de classe.

Neste sentido, concordo inteiramente com Mary Castro (1997:27), quando se preocupa com a absorção pelos governos

do discurso sobre mulher e gênero: “De repente, de contra poder, gênero e feminismo passam a ‘queridas’ do poder, tópicos de discursos oficiais, de regimes e estadistas que se pautam pelo autoritarismo e perversidade social no plano das condições de vida dos pobres, e da classe trabalhadora”. É a mesma inquietação de Jô Moraes (1995: 55) quanto à “nova relação do feminismo com o Estado, que, se não

Se as mulheres fizessem greve geral, o mundo teria paralisada 51% de sua população. Seria o caos. De manhã, milhões de crianças chorando, porque não teriam quem as amamentassem

for devidamente compreendida, traz embutidos os riscos da ‘domesticação’ e da cooptação”.

Assumir a luta de gênero significa ir a fundo em sua radicalidade: é preciso romper o elo estrutural levando-a para a luta de emancipação social, é preciso romper o elo cultural percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade. Juntando-se à discriminação de raça que permeia nossa sociedade e que enfatiza ainda mais a opressão de gênero e

torna mais odiosa a opressão de classe, o campo de luta é em três frentes: a luta de classes, a luta de gênero e a luta de raça/etnia. Não se trata de um amálgama, de uma diluição das lutas, e sim, de levá-las em seus terrenos próprios, no entanto, compreendendo que a opressão de classes é mais abrangente. (v. Castro, 1990:25).

Emergir da invisibilidade, trilha que vem sendo percorrida pelas mulheres e pelo movimento feminista e que tem significado importantes conquistas, é, no entanto, mais do que a obtenção de conquistas: é assumir a condição de mulher nas lutas sociais, é radicalizar a inserção feminista nas diversas esferas da sociedade, é compreender que o processo de emancipação da mulher só pode realizar-se inserido no processo de emancipação de toda a sociedade.

Referências bibliográficas:

- 1 - Castro, Mary, *Feminismos e Feminismos, Reflexões à Esquerda*, in *Revista Presença da Mulher*, n 29, Editora Anita Ltda., SP agosto 1997
- *Relações Sociais de Classe e de Sexo*, in idem, n 16, abril/junho 1990
- 2 - Engels, *El Origen de la Familia, la Propriedad Privada y el Estado*, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1973
- 3 - Duby, Georges & Perrot, Michelle, *História das Mulheres, A Antiguidade e História das Mulheres*, vol.II, A Idade Média, Edições Afrontamento, Porto, 1990
- 4 - Michel, Andrée, *O Feminismo, Uma Abordagem Histórica*, Zahar, RJ, 1982
- 5 - Miles, Rosalind, *A História do Mundo pela Mulher*, Casa Maria Editorial, RJ, 1989
- 6 - Moraes, Jô, *Resgatando a Rebelião Rumo a Pequim*, in *Revista Princípios*, n 38, Editora Anita Garibaldi, SP, agosto/set/out 1995

* Loreta Valadares é professora (aposentada) de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, Conselheira da União Brasileira de Mulheres (UBM), membro do Conselho Editorial da *Revista Presença da Mulher*

(Publicado, na íntegra, na *Revista Presença da Mulher* n° 31, abril 1998, p. 39. Atualizado em datas, 2004)

Mulheres são maioria na escola

Elas são 83% dos educadores e, além da jornada de trabalho doméstico, sofrem com os baixos salários que as obrigam a ter dois ou mais empregos



Juçara Dutra Vieira, presidente da CNTE, é autora de livro no qual analisa as duras condições de vida e de trabalho dos trabalhadores em educação

As condições de trabalho de professores e funcionários de escolas e a qualidade da educação brasileira entraram no século 21 muito aquém daquilo pelo que a categoria luta e do que o povo precisa. Desvalorizado social e financeiramente, hoje, a situação do educador é oposta àquela imagem, nobre e romântica,

enaltecida pela nossa literatura: ele não vive, sobrevive, com a saúde comprometida física e emocionalmente por até triplas jornadas de trabalho; sem salário suficiente para custear necessidades básicas nem atualizar-se profissionalmente ou possuir ferramentas essenciais para seu trabalho, como é o computador nos dias de hoje, mas,

até mesmo, livros. E, novidade mais recente: o professor brasileiro do começo deste século não ganha o suficiente para pleitear, junto aos bancos oficiais, nem mesmo o financiamento de sua casa própria.

Esses foram os principais itens diagnosticados pela pesquisa Retrato da Escola 3, realizada pela CNTE em 2002, que constatou ainda ser

essa imensa maioria de educadores brasileiros composta por mulheres: 83%, contra 15,4% de homens e 1,6% que preferiram não responder à pergunta. Resultado que ratifica outra questão que se coloca, por detrás desse quadro tão desolador dos professores brasileiros: a do gênero. Pressionada por questões histórico-culturais, a mulher tomou conta do imaginário brasileiro – e obviamente do espaço na sociedade – como a “professora primária”.

Diante das mudanças sociais das últimas décadas, ela assumiu outros postos, tornando-se professora secundária e mesmo universitária. Mas a forte identificação do papel da professora com o de mãe, em nossa sociedade, marcaram a permanência do sexo feminino na profissão. Outras mudanças, essas econômicas, ratificaram o reduto feminino na profissão, uma vez que os cada vez mais baixos salários deixaram de ser um atrativo para os homens, sempre identificados socialmente como provedores da família.

Estas são algumas das principais conclusões do livro “Identidade Expropriada, Retrato do Educador Brasileiro”, lançado em 2003 pela professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul e sindicalista Juçara Dutra Vieira, presidente do CPERS (sindicato dos professores do Rio Grande do Sul) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

“Com essa mais recente pesquisa, constatamos que esse processo todo aos poucos foi expropriando a identidade dos educadores. Hoje, a categoria luta para sobreviver, é responsável pela própria forma-

ção, precisa ter recompostas suas condições de saúde, de trabalho, de lazer, não frequenta cinema nem, teatro. Embora até consiga dedicar-se à leitura de livros, sua principal fonte de informação é a televisão, que apenas representa um processamento de notícias; em poucas situações trata-se de uma alternativa”, pondera Juçara.

À frente da CNTE, em 2003, a sindicalista fez sucessivas investidas

O educador brasileiro do começo deste século não ganha o suficiente para pleitear, junto aos bancos oficiais, nem mesmo o financiamento de sua casa própria

em questões que, uma vez resolvidas, poderiam melhorar este quadro tão desolador. Até agora, no entanto, foram movimentos em vão. “O governo Lula ainda não mostrou ousadia na área da educação”, critica.

Para Juçara, seria importante derrubar dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE) realizados ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, acabaram por impedir o aumento do financiamento à

Educação. “Era um compromisso de campanha de Lula, que não se concretizou nesse primeiro ano. A sociedade saiu perdendo, pois o plano continua sendo uma mera carta de intenções”, conta.

Outra medida seria a fixação de um Piso Salarial Profissional Nacional para a categoria, cujo valor, hoje, seria de R\$ 900,00. Essa reivindicação da CNTE está entre as primeiras posições na pauta de lutas da entidade perante o Ministério da Educação. “A idéia é que nenhum professor ou funcionário de escola ganhe menos do que isso”, diz Juçara.

A professora também ressalta a necessidade de se cristalizar a noção de que a União deve comprometer-se com a formação dos professores. “Nós temos formulações segundo as quais o educador tem que ser subsidiado pelo poder público; afinal, se a educação é de interesse público, a formação do educador deve fazer parte de uma conjunto de políticas públicas voltadas para esse setor.”

Juçara ressalta, no entanto, que as possibilidades de melhor interlocução com o governo existem: “O Ministério acatou, por exemplo, nossa exigência de adiar o exame nacional de certificação. Esse recuo é positivo, pois achamos que a política até então definida pelo MEC estigmatizaria, ainda mais, os professores que não obtivessem bolsa de estudos por parte do governo e, com isso, conseguissem condição de serem aprovados”.



O livro *Identidade Expropriada - Retrato do Educador Brasileiro*, está disponível na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação ao preço de custo de R\$ 5,00 + despesas com Correios. Os pedidos devem ser feitos pelo e-mail: cnte@cnte.org.br

Mulheres: participação política e poder

Maria Betânia Ávila *



A persistência da exclusão das mulheres dos lugares de poder político é hoje uma questão crítica nas análises feministas sobre gênero e democracia, no entanto não parece constituir ainda um ponto crítico nas análises políticas em geral. Estou aqui tratando como lugares de poder político aqueles onde são tomadas as decisões. Entre o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização política no Brasil e a democratização da participação nas esferas de poder, com a inclusão real das mulheres, há uma grande defasagem.

Podemos dizer que a situação tradicional foi alterada, compreendendo essa alteração como reconhecimento público do direito político das mulheres, aumento da participação geral e da participação em espaços de poder, questionamento da cultura machista, etc. Mas, os sistemas de poder da maioria das instituições da sociedade civil e do Estado estão dominados pelos homens. É o caso dos sindicatos e de suas centrais, dos partidos políticos, do Parlamento, do poder Executivo e do poder Judiciário.

A esfera pública não é a priori um lugar de igualdade. Nas democracias modernas o reconhecimento de novos sujeitos são desafios estratégicos para a demo-

cratização da própria democracia. Do ponto de vista conservador e burguês, o sujeito é o homem branco das classes abastadas. Na perspectiva da tradição política de esquerda, o sujeito histórico é a classe operária representada como uma classe formada de homens. O feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero ao instituir as mulheres como sujeito político do processo de transformação social, e essa é com certeza sua grande contribuição histórica para o movimento das mulheres no geral.

Em contraposição a uma concepção feminista de sujeito existem teorias baseadas na concepção do “bom feminino” para designar uma forma própria e natural de as mulheres exercerem o poder. É uma perspectiva essencialista, e que além disso desconhece as diferenças de classe e de raça entre as mulheres e as diferenças de posição e inserção política das mulheres. O direito ao voto, conquistado pelas mulheres (no Brasil) em 1932, foi fundamental para a cidadania política, sem no entanto significar uma democratização no que diz respeito ao acesso das mulheres ao poder. As mulheres chegam a esfera pública, em diferentes contextos, em determinados mo-

mentos históricos, quando esta já está instituída segunda as regras ditadas exclusivamente pelo poder dos homens. Ao chegar, as mulheres estão participando de algo estranho à sua experiência. Circulam em um mundo que é na tradição considerado do outro. A subjetividade é uma dimensão fundamental a ser levada em conta nas transformações dos lugares ocupados pelos sujeitos.

A liberação que permite o direito de ir e vir do espaço privado ao público e vice-versa foi e continua sendo um projeto político para as mulheres. Mesmo se uma grande parte das mulheres faz esse movimento, ainda existem muitos limites e dificuldades para elas exercerem o direito à participação política. “A posição das mulheres nas instituições políticas está sumamente influenciada pelos fatores que determinam as condições das mulheres em geral: a divisão do trabalho por sexo, a socialização das crianças e dos adultos, as atitudes para com as mulheres, a distribuição do poder entre os sexos na vida econômica e familiar, etc.” (Dahlerup, 1989)

Quem está na esfera pública, tem necessidades privadas. No modelo capitalista, de duas esferas – pública e privada - dicotomizadas, são as mulheres responsá-

veis pela satisfação dessas necessidades. Portanto, estando ou não no mercado de trabalho e na atividade política, as tarefas domésticas continuam sendo, basicamente, de sua responsabilidade. Se as relações de poder estão presentes em todas as dimensões da vida social, é estratégico pensar que o exercício do poder político se configura como um campo de luta para o movimento de mulheres onde a busca por igualdade na esfera pública está dialeticamente relacionada a uma democratização da vida privada.

O fato das mulheres se constituírem ainda uma minoria dentro das instituições políticas que detém o poder de negociação e decisão na esfera pública, traz uma série de problemas. A pesquisadora escandinava Durléhup (1989), baseada em estudos empíricos nos apresenta uma lista de tais problemas. “ - alta visibilidade, estereótipos sobre as mulheres, as mulheres se transformam em símbolo de todo seu gênero, conflitos de papéis, carência de autoridade legítima, superadaptação, falta de aliados na organização, não são consideradas as suas obrigações familiares, suas licenças por maternidade, etc, na organização, assédio sexual, tensão psíquica, baixa eficiência, baixa taxa de ascensão, alta taxa de deserção, uma mulher deve ser duas vezes melhor que os homens para ser aceita; mas se for muito competente, torna-se uma ameaça, exclusão da rede informal, falta de conhecimento da estrutura informal de poder e do processo de recrutamento”. Essa pode não

ser uma lista generalizável, e está datada no final dos anos 80, mas é interessante de ser visibilizada porque mostra a necessidade de pesquisa nesse campo e traz elementos para as mulheres refletirem sobre sua própria situação.

Hoje no Brasil as mulheres participam ativamente das organizações políticas nas suas várias formas de expressão e participam majoritariamente nas organizações populares e nos movimentos sociais em geral. Sendo que, várias formas de organização específica de mulheres compõem esses

A liberação que
permite o direito
de ir e vir do
espaço privado
ao público e
vice-versa,
foi e continua
sendo um
projeto
político para
as mulheres

movimentos, incluindo aí o movimento feminista. No entanto, como a democracia representativa continua sendo vista como a esfera legítima da política e como os partidos políticos são os detentores do acesso aos postos de poder, essa participação nos movimentos, apesar de se constituir hoje em um elemento central da democratização do país, não logrou ainda reconhecimento simbólico

e inserção substancial como parte do poder político. A democracia participativa tem crescido como esfera de participação, e neste campo as organizações feministas tem uma contribuição histórica porque sempre defendeu e agiu no sentido de construir formas diretas de participação e mais democratizadas de exercício de poder.

É forte a influência das instituições partidárias na hierarquização das relações políticas no interior das esferas da democracia participativa. Nas organizações dos movimentos sociais compostos por homens e mulheres com poder de expressão, pressão e negociação política, as relações de hierarquia e desigualdade de gênero ainda estão presentes. Para enfrentar esse problema uma estratégia das mulheres tem sido a organização de instâncias específicas de mulheres no interior das organizações mistas. É fundamental no entanto a reflexão permanente sobre a relação entre essas instâncias e a dinâmica geral da organização, no sentido de não correr riscos de uma prática segregadora, o que poderia causar uma reificação da desigualdade política. No entanto, não podemos perder de vista as mudanças que os movimentos sociais tem operado na democratização da esfera política, mudanças que alteram o campo da cultura política e das práticas das organizações. E, nessas mudanças o movimento de mulheres tem uma autoria extremamente importante.

* Socióloga, pesquisadora e Coordenadora Geral do SOS CORPO Gênero e Cidadania.

Mulher, este é o seu ano

Movimento feminista se fortalece e ganha lugar de destaque entre as políticas públicas do governo federal. Meta é fazer com que a igualdade de gênero se torne uma realidade



Nilcéa Freire, secretária de Políticas para as Mulheres, argumenta que governo deve usar fórmulas criativas para atender os interesses da mulher brasileira

2004. Este é o Ano Nacional da Mulher. E a lei que o torna assim, como que para fazer justiça à milhões de brasileiras, foi resultado da iniciativa de dois homens: o deputado federal Maurício Rabelo (PLTO), que sugeriu a proposta ao Congresso Nacional, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que incentivou a medida desde o momento da criação até o dia em que pôde, de fato, sancioná-la.

A idéia é tornar este ano o Ano Nacional da Mulher para que seja um marco em relação à luta pela igualdade de gêneros no Brasil.

Para a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, a lei que dedica o ano às brasileiras não pretende ficar só no papel. A mobilização feminina, que tem ganhado força, ano após ano, alcança, agora, um lugar de destaque no governo federal e na

política de todo o País. Isso equivale dizer que, pela primeira vez, a luta das mulheres brasileiras encontra respaldo e vontade política para ser debatida na sociedade e nas esferas governamentais.

Nilcéa defende que o governo use fórmulas criativas de atender às necessidades da mulher brasileira. Os temas de interesse delas serão discutidos durante a Conferência Nacional das Mu-

lheres, prevista para junho, em Brasília. “Este é o ano da mulher e a conferência vai ser um marco na história do movimento feminista. Vamos aprofundar nossa discussão de nossos temas diretrizes para o nosso trabalho nos próximos anos”, explicou a secretária.

De acordo com a lei, o Poder Público promoverá a divulgação e a comemoração do Ano da Mulher mediante programas e atividades, com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça para a inserção da mulher na sociedade.

A ideia de dedicar não somente o dia Oito de Março, mas um ano inteiro às mulheres é uma forma de encaminhar o que o deputado Maurício Rebelo chama de “uma verdadeira mudança, uma revolução nos usos e costumes, nas práticas e no cumprimento da lei, de modo que os cidadãos e as cidadãs brasileiras passem a construir uma sociedade baseada em novos valores.”

Os dois principais objetivos do Ano Nacional da Mulher são criar condições materiais para a superação da situação objetiva de desigualdade vivenciada

pela mulher no mercado de trabalho e na sociedade em geral; e construir novas bases culturais, sustentadas nos valores da justiça e de igualdade, superando o machismo existente na sociedade brasileira e transformando-a em uma sociedade de cooperação entre iguais que se complementam em suas diferenças.

O ideal de igualdade buscado pelas mulheres é fortalecido pelo ano dedicado ao debate, à procura do discernimento sobre a real situação em que vivem hoje as brasileiras.

Laço Branco contra a violência



A Campanha do Laço Branco foi criada no Canadá a partir de um trágico episódio ocorrido na Escola Politécnica de Montreal, em 1989. Um homem entrou em uma sala de aula e pediu para que os rapazes da turma se retirassem. As quatorze mulheres que permaneceram foram mortas com tiros à queima roupa. Este episódio gerou um grande debate naquele país sobre questões relativas à violência de gênero. Foi dentro deste contexto que um grupo de homens de Ontário e Quebec, extremamente sensibilizados com o acontecido, decidiu criar a Campanha do Laço Branco (White Ribbon Campaign), com o objetivo de prevenir que outros massacres e violências deste tipo se repetissem.

A campanha tem como lema principal “Jamais cometer um ato de violência contra as mulheres e não fechar os olhos diante dessa violência”. O objetivo geral da campanha é sen-

sibilizar homens e organizações com relação ao tema e mobilizá-los para que trabalhem pelo fim da violência de gênero.

A campanha já se estendeu por mais de 30 países, entre eles, Estados Unidos, Espanha, Noruega, Austrália, Namíbia, Finlândia, Japão, Dinamarca e Suécia, entre outros. No Brasil, ela foi lançada pelo Instituto Noos, Instituto Promundo, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro durante o Seminário “Respondendo à violência intrafamiliar e de gênero: reflexões e propostas de trabalho para o parceiro masculino”, que aconteceu em Brasília (DF), em novembro de 1999.

Atualmente, a campanha é coordenada, no Brasil, por sete organizações não-governamentais: Instituto Noos de pesquisas sistêmicas e desenvolvimento de redes sociais (RJ), Instituto Promundo (RJ), Ecos: Comunicação em Sexualidade (SP), CES: Centro de Educação para a Saúde (SP), Pró-mulher, Família e Cidadania (SP), Programa PAPAI (PE) e Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Rede de proteção inclui homens

Mobilizar os homens no combate à violência contra a mulher. Com esse objetivo funciona em Campo Grande a Campanha do Laço Branco, implantada em 10 estados brasileiros. Em Mato Grosso do Sul, a campanha é uma parceria entre governo do Estado, Instituto Papai de Pernambuco e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal.

Durante a inauguração da campanha no Mato Grosso, foi assinado protocolo de intenções da Coordenadoria da Mulher com a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Correios para a criação de um cronograma de atividades a ser implantado desde fevereiro de 2004, Ano Nacional da Mulher.

Segundo a coordenadora especial de Políticas Públicas para a Mulher, Maria Rosana Rodrigues Pinto Gama, foi realizada a primeira reunião de trabalho do grupo, que viabilizou ações de mobilização, sensibilização e capacitação da sociedade para o combate à violência contra a mulher ao longo do ano.

O coordenador nacional da Campanha do Laço Branco e do Instituto Papai, Benedito Medrado, explicou que a parceria com as instituições em que predominam homens está sendo feita para que os policiais e membros dos Correios se tornem porta-vozes da campanha. “Queremos que os parceiros sejam disseminadores da idéia de que os homens não devem cometer violência contra mulher. É importante que o modelo machista imposto

pela sociedade desde criança seja revisto, e, para isso, trabalhamos com a conscientização”, afirmou.

Segundo Benedito Medrado, a importância da ampliação da campanha através da mídia, pelo País, é justificada através de dados alarmantes levantados através de pesquisas realizadas pelo Instituto Papai em 2002 e 2003, que reve-

Parceria com as instituições em que predominam homens está sendo feita para que os policiais e membros dos Correios se tornem porta-vozes da campanha de combate à violência contra a mulher

lou que a sociedade não considera a violência contra a mulher um problema.

Foram abordados 749 homens no Rio de Janeiro (RJ) e outros 273 recrutas do exército em Recife (PE). No Rio, foi constatado que um em cada quatro homens já cometeu algum tipo de violência contra a mulher (25,4% dos entrevistados), enquanto 38,8% já cometeram violência psicológica (ameaças) e outros 17,2% violência sexual. Em Recife, 25% dos homens afirmaram que existem momentos em que a mulher merece apanhar.

A subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial Nacional de Políticas para a Mulheres, Marlise Fernandes, afirmou que o governo federal está ampliando as parcerias e realizando ações para o desenvolvimento da rede de combate à violência contra a mulher em todo o Brasil.

“Serão votados na Câmara Federal vários projetos que têm como tema a penalização do infrator para o crime de violência doméstica, além da apresentação de ações que também entrarão na pauta para serem votadas. O presidente Lula estará sancionando, também, decreto que obriga a rede de saúde a fazer o registro compulsório do atendimento à mulher vítima de violência. Através disso, teremos condições de ter dados mais concretos sobre a questão em todo o País e a, partir daí, elaborar programas que combatam com maior eficiência o problema”, afirmou.

A subsecretária de Articulação Institucional ainda ressaltou a importância da participação dos homens no combate à violência contra a mulher e o trabalho implantado em Mato Grosso do Sul pelo Governo Popular. “Esse ano houve uma grande massificação dos homens contra a violência, e essa é a melhor forma de combater esse problema. A entrada do Estado para essa campanha é fundamental, pois Mato Grosso do Sul é pioneiro, junto com São Paulo, na construção de redes de atendimento à mulher”, concluiu.

Perfil da mulher brasileira

Desenhar o perfil da mulher brasileira é tarefa árdua, que requer observações cuidadosas e associações bem contextualizadas. Primeiro porque elas são muitas –86,2 milhões entre uma população estimada em 169,8 milhões, de acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo, porque vivem em regiões distantes umas das outras, cada qual com características físico-geográficas muito próprias. Depois, o mais importante talvez, porque a má distribuição de renda do País

e as desigualdades sociais determinam diferenças nada sutis no que diz respeito a acesso à informação, bens de consumo, cultura, saúde e educação, entre outras coisas.

Falar para a mulher brasileira é dirigir-se a um público heterogêneo, rico em esperança e vontade de viver, carente na percepção de sua importância histórica. Desejos, vontades, atitudes e iniciativas femininos têm forças e coloridos diferentes, dependendo do lugar onde nascem e se expressam.

De onde ela vem

Podem ter sotaque do Sudeste (região que concentra 44% dessas mulheres), do Nordeste (onde vivem 27% delas), do Sul (representado por 15%) ou do Norte e Centro-Oeste (7% em cada um).

A maior parte das mulheres brasileiras moram na região Sudeste (44%), em áreas urbanas. Possuem ascendência étnico-racial branca e negra 38% das brasileiras, o maior índice encontrado. Apesar do crescimento das religiões protestantes, a maioria das mulheres ainda é católica (69%, sendo 40% praticantes, 29% não praticantes). A maior concentração de idade é na faixa dos 25 aos 34 (24%). Mais da metade é casada (57%, 36% com registro civil, 21% sem registro) e 75% têm pelo menos um filho.

Infelizmente, o grau de escolaridade da mulher brasileira ainda é baixo. Enquanto 6% têm alguma formação superior (3% incompleta, 2% graduadas e 1% com pós-graduação), 59% não passaram do ensino fundamental.

Exatos 53% das mulheres brasileiras estão na PEA (População Economicamente Ativa), mas

apenas 17% no mercado formal, outras 23% no informal e 12% desempregadas.

Mundo dos negócios

As mulheres não só aumentaram sua participação na chefia das famílias brasileiras como também têm se destacado como grandes empreendedoras no mer-

Quem somos

Sudeste	44%
Ascendência branca e negra	38%
Católica	69%
25 a 34 anos	24%
Casada	57%
Ensino Fundamental	59%
Trabalham	53%
Carteira assinada	17%

cado brasileiro. A constatação está na última pesquisa GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), divulgada pelo Sebrae, e que mensura o nível de empreendedorismo em 31 países de todos os continentes.

Participação

Em 2000, as mulheres representavam 29% do total da população empreendedora, que compreende

todas as pessoas que decidiram montar o próprio negócio. No ano passado, o estudo indicou que esta participação cresceu para 46%. Elas são responsáveis pela abertura de nada menos do que 36% dos novos negócios criados no Brasil. Apesar do resultado positivo, avaliação de especialistas mostra que o grau de apoio ao empreendedorismo feminino no País está abaixo da média mundial. O número de mulheres que decidiram abrir a própria empresa por necessidade (42%) também é maior que o dos homens (39%), o que revela que as mulheres ainda enfrentam maiores problemas para encontrar um emprego no mercado de trabalho do que os homens.

Experiência

Para o gerente da Unidade de Educação e Desenvolvimento de Cultura Empreendedora do Sebrae, Ênio Duarte Pinto, o talento das mulheres para os negócios vem da experiência que elas têm com a administração do próprio lar. “Administrar um lar é administrar um empreendimento. A mulher

tem mais credibilidade em relação ao cumprimento de seus compromissos empresariais”, afirmou Ênio. Outro ponto a favor das mulheres diz respeito à fama que têm de serem mais econômicas. Por esta razão, os empréstimos nas instituições de microcrédito são liberados com maior facilidade, uma vez que o risco de inadimplência na transação é menor entre o empresariado feminino. No Brasil, a diferença nas taxas de empreendedorismo entre homens e mulheres é de 2,5 pontos percentuais. Os países que apresentam as menores diferenças neste sentido são: Itália, Chile, África do Sul e China, nesta ordem. A taxa de empreendedorismo entre as mulheres é de 11,7% no Brasil.

A Fundação Perseu Abramo confirma os dados do Sebrae. A vida das mulheres melhorou nos últimos 20/30 anos para 64% das entrevistadas, e a principal percepção favorável de mudança na vida das mulheres se deve justamente à conquista da independência econômica, associada à maior participação da mulher no mercado de trabalho, mencionada por 39%.

Satisfação

A mulher brasileira, apesar de sobrecarregada pela dupla jornada, está feliz consigo. Para mais da metade das entrevistadas (58%) há mais coisas boas do que ruins em ser mulher.

A possibilidade da maternidade é vista com uma dos melho-

res aspectos sua vertente de ser mulher, mais por seu aspecto biológica, ligada à possibilidade de engravidar e gerar filhos (48%), que pelo papel social, ligado aos cuidados e educação (14%).

Por outro lado, o machismo e a discriminação social despontam como as piores coisas de ser mulher hoje, com 17% de menções. Aspectos relacionados à maternidade; casamento e marido e discriminação no mercado de trabalho aparecem empatados techni-

A má distribuição de renda do País e as desigualdades sociais determinam diferenças nada sutis no que diz respeito a acesso à informação, bens de consumo, cultura, saúde e educação

camente, entre as piores coisas de ser mulher, com 15% de menções para cada.

Para que a vida das mulheres melhorasse, 47% das entrevistadas apontam como necessário haver mudanças no mercado de trabalho. A ampliação da oferta de trabalho e a oportunidade de emprego para as mulheres são apontadas por 23%. A igualdade de direitos, é relacionada por 10% das mulheres como o que deveria mudar para que a vida de todas as mulheres melhorasse.

Feminismo

Apenas uma em cada cinco brasileiras (22%) considera-se total ou parcialmente feminista, enquanto 78% não o são. Esse quadro se torna negativo porque as mesmas mulheres entrevistadas dizem que o feminismo é principalmente associado à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, seja em sentido amplo, seja especificamente no mercado de trabalho. Menções de superioridade da mulher em relação ao homem são associadas ao feminismo por 12%, enquanto para 10% feministas são mulheres autoritárias, genericamente mandonas ou briguentas (7%) ou que querem mandar no marido/parceiro (3%).

Política

A maioria das mulheres brasileiras reconhece a importância da política (70%). Para 59% das entrevistadas, as mulheres estão preparadas para exercer o poder político em qualquer instância de poder. Em posições intermediárias, 11% acham que as mulheres podem governar estados e municípios, mas não o país, e outras 8% apenas os municípios. Ao todo, cerca de 1/3 (36%) não acredita na capacidade de uma mulher governar o país.

Aparência e sexualidade

Estar mais informada sobre o com o mundo não tirou a preocupação das mulheres com a aparência. Tomando-se as 45% que disseram não estar totalmente satisfeitas com a própria aparência física, os focos de insatisfação aferidos foram os seguintes: estar acima

do peso é o que mais incomoda, citado por 29% dessas mulheres, seguido pelo descontentamento com a barriga (26%) e depois com os cabelos (16%) e seios (11%).

As mulheres também opinaram sobre a intensa exposição do corpo da mulher na TV e 77% acham isso ruim, sendo que pouco mais da metade (56%) consideram ruim por dar muita importância somente ao corpo e desvalorizar as mulheres, enquanto outras acham que essa forma de exposição é ruim, mas somente para as mulheres que se expõem assim, mas que isso é um problema delas (21%).

As mulheres brasileiras declararam-se satisfeitas com sua sexualidade, ou vida sexual, segundo afirmaram 79% das entrevistadas. Mais de 3/5 (61%) dizem estar totalmente satisfeitas e 17% apenas parcialmente. A insatisfação soma 13%, com 8% total e 5% parcialmente insatisfeitas.

A pílula é o método anticoncepcional mais conhecido pelas brasileiras (91%), seguido pela camisinha masculina, também amplamente conhecida (80%). Em outro patamar, mas ainda bastante conhecidos, aparecem o DIU e a laqueadura, (40% e 36%, respectivamente) seguidos pela tabelinha (25%).

Dois terços das mulheres sexualmente ativas (65%) não fazem nada para se proteger contra DST ou Aids. Apenas 20% usam camisinha em todas as relações sexuais e 7% usam, mas nem sempre. As principais razões apontadas para a não utilização da cami-

sinha sempre estão associadas à idéia de fidelidade (55%), com 42% de menções à confiança no parceiro e 19% que não fogem a essa idéia, mas a verbalizam de outra forma, como tendo relações exclusivamente com um único parceiro.

Sustento familiar

Atualmente 1/3 dos domicílios brasileiros são providos principalmente por mulheres (32%), em outros 44% as mulheres também

A principal mudança na vida das mulheres se deve justamente à conquista da independência econômica, associada à maior participação da mulher no mercado de trabalho

participam como outro dos provedores da família, chegando-se assim a participação da mulher na composição da renda familiar de 76% dos lares.

A divisão da administração da renda familiar é quase equilibrada, com ligeira tendência a ainda ser uma atribuição masculina (50%), contra 49% de administração feminina.

Já a responsabilidade pelo trabalho doméstico é uma atribuição quase exclusivamente feminina,

cabendo às mulheres em 96% dos domicílios. Além disso, quando outra pessoa participa da responsabilidade pelo trabalho doméstico, em 49% dos casos esta outra pessoa também é uma mulher.

Lazer

As principais atividades de lazer das mulheres, se não estão no âmbito doméstico, estão circunscritas a ambientes familiares e pessoais. Durante os finais de semana, 31% dedicam seu tempo livre ao lazer doméstico, preferindo assistir TV, filmes, vídeos e novelas (16%) ou a deitar e dormir (4%).

Quase a mesma parcela que dedica seu tempo livre ao lazer fora de casa (30%), prefere visitar parentes (8%) e 2% visitam aos amigos, 6% preferem passear ou sair e 5% preferem o lazer noturno saindo para dançar.

Algumas atividades de lazer foram estimuladas para conhecer a freqüência de suas práticas entre as mulheres e novamente se observa não só uma baixa freqüência a diversas atividades de lazer, como o fato de muitas delas nunca terem sido praticadas.

Um terço das brasileiras (31%) nunca foi ao cinema, pouco mais da metade (55%) já foi, mas não no último ano e somente 15% foram ao cinema no último ano. A ida ao teatro é uma atividade de lazer ainda menos praticada, quase 2/3 (64%) nunca foram ao teatro, 28% já foram alguma vez na vida e somente 8% foram no último ano.

Relações sociais de gênero

Um saber necessário

Prof^a Lúcia Rincon*

É freqüente ouvirem-se comentários sobre uma identidade existente entre as características necessárias para ser professor e as de uma mulher. Mas os professores, em seu processo de formação, ou no fazer de sua profissão não costumam refletir sobre a relação que existe entre a exclusão social em que vivem as mulheres e a feminização da profissão com as alterações que daí decorrem em sua identidade e na valorização profissional.

Quais são as dinâmicas nesta vida de mulher que se inter-relacionam com a opção pela profissão de professora? É possível desvelar seus fundamentos?

Mariano Enguita argumenta que uma análise sobre professores, “não pode ser simplesmente uma análise de classe: deve ser também, necessariamente, e na mesma medida, uma análise de gênero”, sob pena de não se conseguir compreender nem a evolução da profissão, nem sua situação no conjunto das outras profissões, nem suas fraturas e problemáticas internas. (ENGUITA, 1998, p.196).

Ser homem ou mulher é questão que permeia as relações estabelecidas por esses educadores e compõe o universo simbólico no

qual estão envolvidos. Quando Apple (apud Rosemberg, 1992) alerta para o fato de que uma formação social é constituída também pela articulação das relações de gênero e de Classe, aponta para a importância de atentar para a articulação que existe entre o que significa ser mulher nesta sociedade e as implicações que este fato acarreta, com a forma como a profissão de professores existe e é percebida na sociedade. É nesta perspectiva que as características do “ser mulher” intervêm na conformação da identidade profissional com valores humanizantes que são decisivos numa educação emancipadora.

A humanização da ordem social – bem como as transformações que se queiram implementar no sistema educacional, na escola, na própria categoria de professores e no imaginário referente à profissão – requer a abordagem do fenômeno da feminização do magistério.

Nas palavras de Contreras (1999) a abordagem de valores, de comportamentos, os posicionamentos políticos e morais por parte dos/as educadores/as, são uma importante dimensão da profissão docente, na medida em que é uma profissão que tem a intenção de influenciar pessoas concretas, e

não de restringir-se a apresentar, de forma pseudamente neutra, uma referência ao que é certo ou errado.

Talvez aqui esteja um bom indício para explicar porque as mulheres, portadoras de um habitus particular, identificam nesta profissão docente, com todos os seus limites, um espaço privilegiado de realização como sujeito, pois implica opinar sobre valores, sobre sentimentos, sobre emoções, é opinar sobre as relações interpessoais que são elemento central de um campo conhecido como “o mundo das mulheres”.

Na escola, formalmente, a mulher recebe um tratamento de igualdade. Ai estudam o mesmo conteúdo que os homens, são avaliadas com os mesmos instrumentos formais de avaliação, e é um espaço que as mulheres vêem como uma alternativa de dedicar-se a um tipo de trabalho que não esteja no espaço doméstico pois ser professora é um trabalho no espaço público.

Dentro da escola, a desigualdade entre homens e mulheres é permanentemente reafirmada, de forma explícita no livro didático e nos materiais escolares, com a ausência da mulher no conteúdo das diferentes ciências, ou com

sua representação estereotipada; nas relações entre colegas, e na distribuição dos postos de poder; de forma explícita, pelo dito, ou de forma implícita, pelo não-dito. Mas, a discriminação e a segregação da mulher aparecem também, como bem coloca Enguita, (1998) quando a escola ignora ou desvaloriza os espaços historicamente ocupados pela mulher, como o espaço doméstico.

Desenvolvendo esta idéia, Enguita argumenta que ao ignorar as modificações que vêm ocorrendo na sociedade e na família, que têm exigido alterações de papéis sexuais na execução das tarefas domésticas, a escola tem dificultado a retransmissão dos saberes que historicamente vem sendo retransmitidos apenas pela via familiar. Contribui assim para a manutenção das relações sociais de gênero já existentes dentro da família, espaço privilegiado de formação, e a primeira instituição produtora/reprodutora das relações sexistas e discriminatórias.

Nas palavras do autor, o trabalho doméstico, ainda que seja um processo de trabalho mais qualificado que o da maioria dos empregos remunerados, o fato de que seja desempenhado essencialmente pelas mulheres, leva a considerá-lo um trabalho simples que não necessita de uma preparação especial, e menos ainda formal, para sua realização, o que significa que tampouco é necessária a intervenção da escola; e, inversamente, o fato de que não se ensine na escola des-

qualifica os saberes necessários para sua realização como pouco importantes, e, de passagem, desqualifica também a quem os adquire e possui, as mulheres. (ENGUITA, 1998, p.122)

Entretanto, a intervenção nesta situação não pode ser vista e orientada como o resgate de uma vítima de sua própria forma de ser, dócil e passiva, de uma identificação

As características do "ser mulher" intervém na conformação da identidade profissional com valores humanizantes que são decisivos numa educação emancipadora

expressiva acrítica frente à ideologia patriarcal e às imagens de mulher e relações sociais de gênero existentes sob sua hegemonia. Ainda que se tenha que reconhecer que as mulheres são portadoras de um habitus estruturado sob uma ordem simbólica discriminadora e preconceituosa, o raciocínio de culpabilização das mulheres, ainda que seja identificando "uma forma feminina de ser", é um equívoco comparável ao de culpabilizá-las pela violência que sofre no lar e na sociedade.

Penso que os estudos sobre interferência das imagens de mulher e das relações sociais de gênero na constituição da identidade de professor, bem como na valorização profissional, requerem o status de saber pedagógico. Um saber pedagógico entendido como saber produzido "a partir das necessidades pedagógicas postas pelo real, para além dos esquemas apriorísticos das ciências da educação" (PI-MENTA, 1999).

Se for verdade que o que transforma a prática é a própria prática analisada sob a luz da teoria que a ilumina, então a análise da prática e da realidade dos professores tende a indicar uma transformação na teoria, com a incorporação da variável relações sociais de gênero como saber.

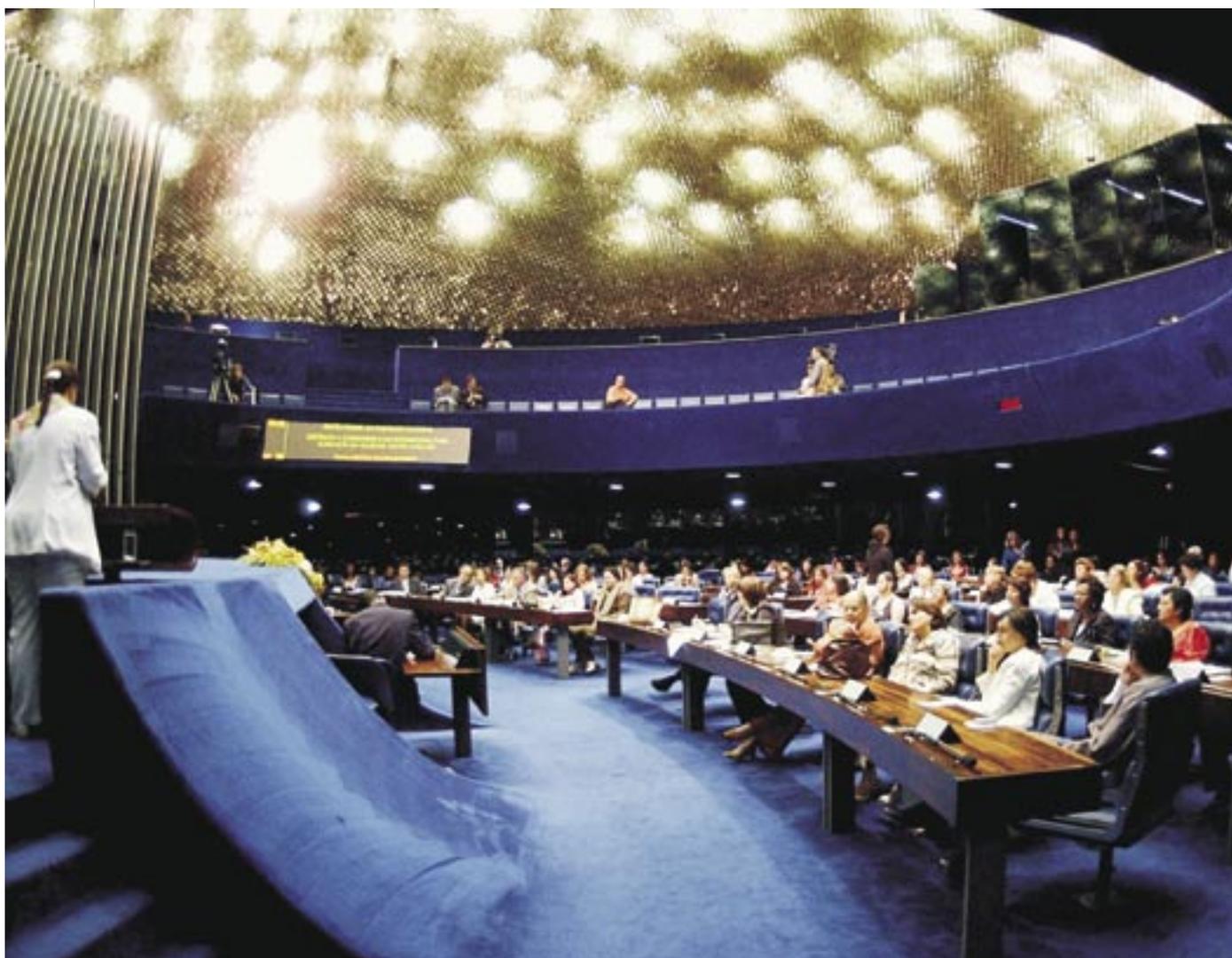
BIBLIOGRAFIA

CONTRERAS, J. La Autonomia del Profesorado. 2ª, Madrid:Morata, 1999. ENGUITA, Mariano F. La Escuela a Examen. 4ª ed. Madrid: Ediciones Pirámide. 1998. PEÑAMARÍN, C; LOPEZ DIEZ, P; (Coord.) : Los melodramas televisivos y la cultura sentimental. Madrid: Instituto de Investigaciones emínistas de la UCM, 1995. PI-MENTA, Selma G. (Org). Didática e Formação de Professores:percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997. (Org). Saberes Pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal e Mulher: Um balanço parcial da Bibliografia. In: COSTA, A. O.& BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) Uma Questão de Gênero Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. Educação Formal, Muller e Gênero no Brasil Contemporâneo. Revista Estudos Feministas, vol. 9 nº 2, p.515-540, Florianópolis:CFH/CCE/UFSC, 2001. SOLDEVILLA, Marina Fuentes-Guerra. La Coeducación en la Formación Inicial del Profesorado. Informe de Investigación. In: BLANCO, Nieves (Coord). Educar en Femenino y en Masculino. Madrid:Akal, 2001. Texto elaborado com base no capítulo IV de minha tese de doutoramento (UNESP/UCG), intitulada: Imagens de Mulher e Trabalho na Telenovela Brasileira (1999/2001) – A força da educação informal e a formação de professores/as.

* Professora da Universidade Católica de Goiás, Diretora do Centro Popular da Mulher de Goiás e membro do Conselho Editorial da Revista Presença da Mulher.

Voz feminina ecoa pelo país

Conferência, a ser realizada em julho, em Brasília, proporrá diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres



As resoluções da Conferência sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres serão levadas ao Congresso Nacional para discussão com os parlamentares

O meio do ano será decisivo para mulheres de todo o País. Em julho, acontece a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a maior das realizações do governo

federal para o Ano Nacional da Mulher. Agendada para os dias 15 a 17 de julho, em Brasília, a conferência definirá diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorrerá em três etapas de discussão dos temas propostos a partir de um documento base elaborado pela Comissão organizadora: no

âmbito municipal e ou regional com a realização de plenárias (05 de janeiro a 18 de abril de 2004); no âmbito estadual com a realização de conferências estaduais, de 19 a 30 de maio, quando haverá eleição de delegados para a etapa nacional e elaboração de um relatório com as propostas estaduais.

Os resultados de todas as plenárias estaduais e regionais será levado à Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Assim, as próprias participantes poderão dizer em que esperam ser atendidas pelo governo neste ano e quais as metas para os próximos anos. As políticas públicas sugeridas neste ano devem se tornar um marco que durará por várias décadas na luta pela igualdade de gêneros.

Ao convocar a conferência, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu um destino no alto escalão do governo para críticas e sugestões de como as mulheres brasileiras esperam ser tratadas pelos órgãos de governo e pela sociedade em geral.

Sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão ligado diretamente à Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o encontro tem o objetivo principal de propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O tema da conferência será “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa

perspectiva de gênero”, a partir dos seguintes eixos temáticos: 1) análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade; 2) avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de governo frente aos compromissos internacionais; e 3) a proposição de diretrizes da Política Nacional para as mulheres numa perspectiva de gênero.

Os delegados eleitos nas conferências estaduais vão discutir formas para superar o desafio de criar políticas que contribuam para que as mulheres conquistem a igualdade

A Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres se desenvolverá sob a forma de palestras, painéis, debates de plenário e/ou grupos de trabalho, considerando em todos os temas a perspectiva étnico-racial dos debates em relação à questão de gênero.

Para a organização, implementação e desenvolvimento das atividades a serem realizadas durante a I Conferência Nacional de Políticas para as

Mulheres será especialmente constituída uma Comissão Organizadora.

Durante a realização da Conferência Nacional será garantido um espaço para exposições de trabalhos diversos realizados por entidades governamentais e não governamentais participantes do evento, com inscrição prévia de 15 dias do início da Conferência Nacional de modo que a exposição possa ser organizada a contento.

Além dos 63 titulares e suplentes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e dos 300 delegados indicados pelos diferentes órgãos do Governo Federal, participarão da Conferência Nacional, 1.630 delegados eleitos nas Conferências Estaduais.

A conferência terá entre os participantes delegados e convidados. A plenária de delegados da etapa nacional da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres terá a seguinte composição: 63 integrantes, titulares e suplentes, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher serão delegados natos; 300 delegados indicados pelos diferentes órgãos do Governo Federal; 1.630 delegados eleitos dentre os participantes nas Conferências Estaduais.

Deste, deve-se obedecer a seguinte composição: 60% de representantes da sociedade civil, 30% de representantes dos governos municipais e 10% de representantes dos governos estaduais.

Os educadores estão doentes. Quem são os responsáveis?

Margarida Barreto *



É inegável a presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em categorias voltadas aos cuidados e como exemplo, educação e saúde. Atualmente, correspondem a 41,9% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e ainda enfrentam dificuldades maiores que os homens para se inserirem ao mercado de trabalho, mesmo possuindo maior nível de escolaridade. Entretanto, esse percentual significativo não tem sido garantia de salário igual e/ou promoções iguais. Persiste a desigualdade dos salários para a mesma função, e constatamos que a mulher recebe 71% do rendimento dos homens. Segundo a Unesco/OIT, o Brasil é o terceiro país que paga os piores salários na área de educação e em especial, para aqueles que estão iniciando a carreira. São as baixas remunerações e a necessária sobrevivência, que os levam a trabalhar muitas vezes, em várias escolas e até nos três turnos, o que transforma sua vida em “trabalhadores pendulares” de ônibus, estradas e salas de aula.

Educar exige e pressupõe relações com o outro. A multiplicidade de papéis que os professores e professoras desempenham ao longo do dia com seus superiores hierárquicos, colegas, alunos, pais de

alunos e a comunidade, é responsável por uma série de transtornos a saúde mental e física. Com os horários sobrecarregados, salas de aulas superlotadas, sem equipamentos adequados para trabalhar e cuidar, sem tempo para o lazer ou para a família, muitos professores desencadeiam transtornos psíquicos variados. Por ser uma profissão que ensina e simultaneamente “cuida do outro”, a relação afetiva tem papel central. Mas a sobrecarga de trabalho transforma a relação com os outros em especial os colegas, em contatos pontuais, muitas vezes frios e queixosos, resumindo-se aos intervalos ou a saída da escola, já cansados.

As conversas passam a ser mais uma tentativa de desabafar com o outro que por seu lado, também está cansado. A falta de tempo para trocar idéias, cooperar e colocar o que sente, o que viveu ou sentiu, o excesso de deveres administrativos, os trabalhos levados e que continuam em casa, são alguns dos fatores responsáveis pela sobrecarga, fadiga e estresse laboral. Não esqueçamos que os educadores e educadoras vivem conflitos variáveis de município para município. Ainda existem escolas em que faltam materiais básicos, infra-estrutura necessária

a realização do trabalho, como por exemplo: giz, apagador, carteiras, cadeiras. Essa situação os coloca diante um dilema: “a educação que é e a que deveria ser”, já que predomina a falta de recursos na sala de aula e na comunidade. Essa mescla de sentimentos e emoções, responsabilidade e exigências, vontade de fazer e carências, impotência e cobranças, avaliações permanentes, falta de reconhecimento do “saber fazer”, aumento cotidiano de responsabilidades extra-curriculares, preocupações com os problemas familiares, falta de tempo para o convívio em família são alguns dos fatores que contribuem para o estresse e desgaste crônico. E tudo está mesclado ao envolvimento afetivo, sem o qual, a atividade do professor não se desenvolve adequada e satisfatoriamente.

Nos países europeus as pesquisas revelam cada vez mais, uma ‘deterioração progressiva da sua saúde mental dos professores e professoras em consequência das condições de trabalho, situação esta que afeta o ambiente escolar e por isso constitui risco ocupacional e causas de sofrimento mental. Na França, por exemplo, os diagnósticos mais comuns são estados neuróticos (27%); estados depressivos (26.2%) personalidades e caracteres

patológicos (17,6%) estados psicóticos, psicoses maníaco-depressivas (7,4%) e esquizofrenias (6,6%). Nos países dependentes economicamente, a situação é mais assustadora.

Nos últimos anos, estudos realizados em países latinos e europeus vêm apontando sistematicamente a correlação existente entre a sobrecarga de tarefas e o crescente desgaste da saúde em especial os distúrbios mentais. O México por exemplo, expõe dados impressionantes: 41% dos professores sofrem de transtornos psicossomáticos (tensões, cefaléia, enxaqueca, distúrbios gástricos e cardiopatias); 40% apresentam irritabilidade, ansiedade, depressão e transtornos do sono. Como desempenham um trabalho fundamentalmente sedentário, estão mais sujeitos a varizes, hemorróidas, fadiga crônica e lombalgias. Em consequência da sobrecarga de trabalho, 80% apresentam deterioração das relações familiares, sociais assim como queda da produção acadêmica.

No Brasil, não tem sido diferente. Com os horários sobrecarregados, salas de aulas superlotadas, sem equipamentos adequados para trabalhar e cuidar, sem tempo para o lazer ou para o contato como filhos e família, muitos professores desencadeiam transtornos psíquicos variados como por exemplo: irritabilidade, nervoso, insônia, sonhos freqüentes, tristeza, medo, sentimento de impotência, desalento, desesperança, cansaço acentuado e ainda estão expostos a doenças contagiosas e infecciosas, a vivências depressivas, estresse profissional, burn-out e até mes-

mo, alterações do comportamento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), lembra que as características particulares da área de educação têm favorecido o desencadeamento de doenças respiratórias, alterações da voz, edema dos membros inferiores e varizes em decorrência de manter-se em pé ou andando na sala de aula.

O educador além de viver sob a égide do autoritarismo burocrático, tem excesso de responsabilidade,

Com horários sobrecarregados, salas de aulas superlotadas, sem equipamentos nem tempo para o lazer ou para a família, muitos professores desencadeiam transtornos psíquicos variados

de alunos por classe, de tarefas e deveres, de exigências e fazeres. Ante tanta exigência, faltam recursos didáticos. Se analisarmos o item “afastamentos” por questões de saúde, chama a atenção o número de professores e professoras com afastamentos temporários ou permanentemente e deslocamento para atividades administrativas. São pessoas que apresentam muitas vezes várias doenças associadas, o que os leva a permanecer em licença médica durante muito tempo ou de forma repetitiva e com poucos intervalos.

Estes adoecidos e/ou adoecidas, ainda enfrentam muitas vezes, a incompreensão de seus pares e superiores hierárquicos, sendo freqüentemente menosprezados e ironizados quando adoecem ou se afastam por problemas de saúde. A falta de compreensão e respeito para com o sofrimento do outro, gera dor moral que se associa ao sentimento de não pertencimento, favorecendo a baixa auto-estima, desvalorização pessoal, pensamentos repetitivos, interrupções freqüente do sono, dificuldade para concentrar-se, irritabilidade, aumento da tensão pré-menstrual e vivências depressivas que podem chegar a síndrome do pânico e idéias suicidas.

Cuidar envolve conhecimentos, idéias, valores, atitudes e essencialmente, afetos. A falta de reconhecimento pelo esforço realizado leva ao desânimo e mesmo assim devem sorrir apesar do coração partido. Com as emoções em desordem e confusas, sentem-se mutilados. Sofrimento e dor se alternam, se mesclam e revertem. E os professores e professoras resistem, negando freqüentemente seu sofrimento, como estratégia de resistência. É nesse “terreno” minado que a doença vai sendo tecida nos marcos do conflito razão – emoção; dominação – sujeição; discriminações – desqualificações; necessidade do trabalhador - exigência do trabalho. E o cotidiano vai sendo marcado por uma jornada de insatisfações, exigências e desafetos. E o trabalho torna-se nessas condições, em fonte de sofrimento e adoecimentos.

Os educadores estão doentes...
Quem são os responsáveis?

* Doutoranda Psicologia Social PUC-SP

O recorte racial-étnico e a saúde da mulher

Fátima Oliveira *



Os pesquisadores entrevistaram dez mil mulheres, imediatamente após o parto, de julho de 1999 a março de 2001. A conclusão: independente da escolaridade e da classe social, as negras recebem menor atenção que as brancas, tanto durante as consultas do período pré-natal quanto durante o parto. Isso ficou explícito em questões aparentemente banais, como a permissão de acompanhante antes e durante o parto: 46,2% das brancas puderam ter acompanhante, contra apenas 27% das negras.

Mais da metade de minha vida eu a passei na medicina. Estudei, trabalhei e trabalho em lugares cuja visão hegemônica é que as mesmas doenças cursam de maneira igual em mulheres e em homens e em todas os grupos raciais/étnicos. As políticas de saúde no Brasil também espelham tal incompreensão da realidade. Há evidências científicas do contrário, pois mulheres e homens são diferentes biologicamente e levam vidas diferentes, o que informa que muitas doenças podem cursar de forma diferente em mulheres e em homens. O mesmo ocorre nos grupos populacionais raciais ou étnicos.

Há singularidades na evolução de algumas doenças em grupos populacionais raciais ou étnicos (recorte racial/étnico na saúde). A causa em geral é multifatorial – interação das variáveis classe, sexo/gênero e raça/etnia. O recorte racial/étnico na saúde é um dado epidemiológico essencial e ao considerá-lo, não há como invisibilizar as doenças raciais/étnicas – aquelas que aparecem mais, ou evoluem de modo diferente, ou são exclusivas de um dado grupo populacional e em mestiços dele.

Eis algumas doenças prevalentes em negros: anemia falciforme – a doença genética mais comum do mundo; hipertensão arterial, atinge 10% a 20% dos adultos e é causa direta ou indireta de 12% a 14% das causas de todos os óbitos no Brasil; diabetes tipo II, ou da fase adulta, evolui causando danos em todo o organismo, é a 4.^a causa de morte e a principal causa de cegueira adquirida no Brasil; miomas uterinos – nos Estados Unidos a prevalência de miomas em mulheres negras é cinco vezes maior que nas brancas e duas vezes superior nas mulheres brancas judias do leste europeu que nas demais brancas. Pesquisa realizada por

Vera Cristina de Souza, em 1995, na cidade de São Paulo, com mulheres negras e brancas, revelou a prevalência e a reincidência dos miomas para as negras: 41,6% contra 22,9% e 21,9% contra 6%, respectivamente.

A despeito da mortalidade infantil no país vir caindo, consideravelmente, há 20 anos, eis um quadro dramático: em 1980, crianças negras apresentavam índice de mortalidade 21% maior do que o das brancas (para cada 1.000 nascidos vivos morriam 76 brancos e 96 negros) e, em 1991, aumentou para 40% (para cada 1.000 nascidos vivos morriam 43 brancos e 72 negros). “Há anos o movimento negro fala dos fortes indícios de que a mortalidade materna das negras no Brasil é, expressivamente, maior que a das brancas. O setor saúde e os governos não deram crédito à hipótese. Uma pesquisa no Paraná analisou 956 óbitos maternos (de 10 a 49 anos, de 1993 a 1998) e constatou que a morte materna das amarelas foi 7,5 vezes maior e a das pretas foi 6,6 vezes maior, quando comparada à das brancas. Nacionalmente deve ser maior, pois no Paraná negros não chegam a 30% da população (Alerte Martins: “Mulheres negras e

mortalidade materna no Estado do Paraná, de 1993 a 1998”).

Há muito por fazer, considerando apenas a situação das mulheres negras e tendo como norte os dados da pesquisa sobre a discriminação racial em hospitais e maternidades, públicos e privados, da cidade do Rio (FioCruz e Prefeitura do Rio de Janeiro). Os pesquisadores entrevistaram dez mil mulheres, imediatamente após o parto, de julho de 1999 a março de 2001. A conclusão: independente da escolaridade e da classe social, as negras recebem menor atenção que as brancas, tanto durante as consultas do período pré-natal quanto durante o parto. Isso ficou explícito em questões aparentemente banais, como a permissão de acompanhante antes e durante o parto: 46,2% das brancas puderam ter acompanhante, contra apenas 27% das negras.

“Reconhecemos que certas pessoas e grupos podem experimentar outras formas de discriminação baseada em seu gênero, idade, incapacidade, condição genética, idioma, religião, orientação sexual, situação econômica ou origem social, e que podem sofrer atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância. Destacamos que esta situação pode afetar a pessoas vítimas de múltiplas formas de discriminação; e reafirmamos que se deve prestar atenção especial na elaboração de estratégias, políticas e programas para aquelas pessoas que podem sofrer múltiplas formas de discriminação”

(Parágrafo 51, Conferência das Américas, Santiago de Chile, dezembro de 2000).

“Insta os Estados a adotarem medidas para impedir que as pesquisas genéticas ou suas aplicações sejam usadas para promover o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; para protegerem a privacidade da informação contida no código genético pessoal e para evitar que tal informação seja usada com propósitos discriminatórios e racistas”

Pesquisa da FioCruz e da Prefeitura do Rio de Janeiro mostrou que 46,2% das brancas puderam ter acompanhantes antes e durante o parto contra 27% das negras

(Parágrafo 73, Durban 2001).

“Recomendamos que a Organização Pan-Americana de Saúde promova ações para o reconhecimento das variáveis raça/etnia/gênero como variáveis significativas no campo da saúde e que desenvolva projetos específicos dirigidos à prevenção, diagnóstico e tratamento de afrodescendentes.” (Parágrafo III. Conferência das Américas, Santiago de Chile, dezembro de 2000).

“Convida os Estados, as orga-

nizações governamentais e não-governamentais, as instituições acadêmicas e o setor privado a aperfeiçoarem os conceitos e métodos de coleta e análise de dados; a promoverem pesquisas, intercâmbio de experiências e de práticas bem sucedidas e a desenvolverem atividades promocionais nesta área; a desenvolverem indicadores de progresso e de participação de indivíduos e dos grupos em sociedade que estão sujeitos ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (Parágrafo 93, Durban 2001).

“Incentiva a Organização Mundial da Saúde e outras importantes organizações internacionais a promoverem e desenvolverem atividades para o reconhecimento do impacto do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, como determinantes sociais significativos das condições de saúde física e mental, inclusive da pandemia de HIV/AIDS e do acesso ao serviços de saúde e a prepararem projetos específicos, inclusive pesquisas, para assegurar serviços de saúde eqüitativos para as vítimas (Parágrafo 153, Durban 2001).

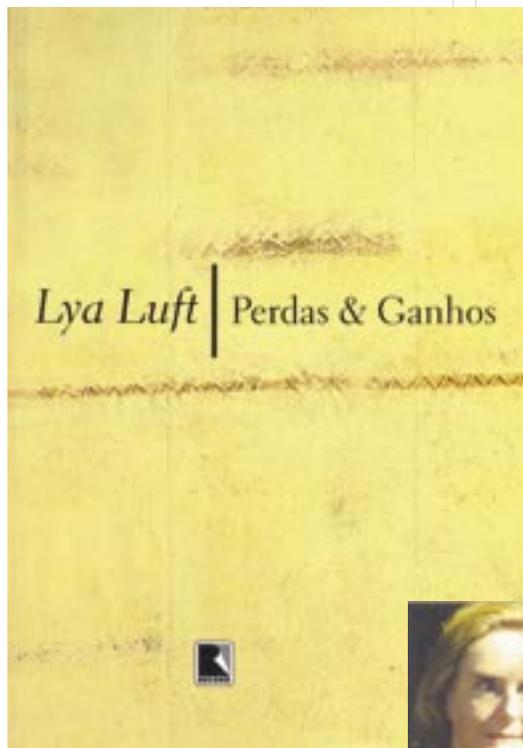
A única maneira de o Brasil cumprir tais recomendações é estabelecendo uma Política Nacional de Saúde da População Negra.

(*) Médica, secretária executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (Rede Feminista de Saúde/www.redesaude.org.br); integrante da Comissão de Cidadania e Reprodução e da União Brasileira de Mulheres. Autora de Engenharia genética: o sétimo dia da criação (Moderna, 1995); Bioética: uma face da cidadania (Moderna, 1997); Oficinas Mulher Negra e Saúde (Mazza Edições, 1998); e Transgênicos: o direito de saber e a liberdade de escolher (Mazza Edições, 2001), e Saúde da População Negra no Brasil 2001 (Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde, 2002). E-mail: fatimao@medicina.ufmg.br

A vida é melhor aos 40

A escritora gaúcha Iya Luft vem se tornando, meio sem querer, uma referência no quesito terceira idade com qualidade. Em seu último livro, “Perdas & Ganhos”, lançado no ano passado pela Editora Record, ela faz um balanço da maturidade em si. Ela defende o velho ditado de que “a vida começa aos 40”. “O livro é sobre a arte de reinventar a vida, descobrir como é boa cada etapa. Ficamos realmente mais interessantes depois dos 40 anos. Você amadurece e curte mais os afetos, a família, ócio. A juventude é linda, mas cheia de cobrança. Você precisa ser um grande profissional, ter o carro do ano, um belo corpo e transar loucamente. Crescer, amadurecer, envelhecer é criar uma barreira de proteção para se valorizar”, diz Iya no livro.

Para ela, essa obra é um livro que ajuda a pensar, não é só para a maturidade. Ela mesma tem dificuldade em definir o livro, por se tratar de uma obra tão espontânea. “Não é um ensaio porque não sou acadêmica. Não é ficção porque não é inventado. É o resultado de idéias que vão surgindo, de novas linguagens, novas coisas a serem ditas. É pensamento talvez, não sei explicar. A semente foi uma vontade de escrever sobre a maturidade. Vivemos numa sociedade que por um lado tem coisas dramáticas e trágicas, e por outro está imbuída de uma futilidade angustiante. Não só das mulheres na busca da eterna juventude — algo pobre, triste.



Escritora gaúcha tem se tornado referência em terceira idade com qualidade de vida. Além das obras, traduziu mais de cem livros



As pessoas passam a não saborear os 40 anos, os 60, têm pavor dos 70, aos 80 já gostariam de ter morrido. São como um carro rodando com os faróis voltados para trás.”

Em apenas cinco meses, Perdas e Ganhos já estava na 10ª edição e tinha ultrapassado os 55 mil exemplares vendidos, o que o colocou no topo da lista dos mais vendidos de ficção, desbancando, inclusive, Paulo Coelho. Não se trata de romance, crônica ou ensaio. Muito menos de auto-ajuda. “Não quero ajudar ninguém”, brinca Iya. A obra fala dos conflitos do ser humano, das crises e alegrias de cada um e trava um diálogo sem meias-palavras com o leitor.

Iya tem autoridade para falar sobre a maturidade. iniciou sua vida literária nos anos 60, como tradutora de obras em alemão e inglês. Iya Luft já traduziu para o português mais de cem livros. Entre outros, destacam-se traduções de Virginia Wolf, Reiner Maria Rilke, Hermann Hesse, Doris Lessing, Günter Grass, Botho Strauss e Thomas Mann. Ela diz que traduzir é sua verdadeira profissão. E que faz tradução para ganhar dinheiro. Mas também porque gosta. Um trabalho que exige respeito. Seu desejo é aproximar o escritor estrangeiro do leitor brasileiro. Confessa

que não pode ser inteiramente fiel, porque pode-se correr o risco de ninguém entender nada. Mas não faz um carnaval em cima do texto alheio, não inventa, não cria frases que não existem.

Iya defende que a mulher não se torne uma escrava da beleza. “Tenho pena das mulheres que tornam isso o centro da vida. Uma mulher de 60 que quer ter a cara esticada dos 30. E depois aos 70 quer continuar como se estivesse com 30. Há um ano e pouco, faço musculação três vezes na semana. Não quero ficar com o corpo da Gisele Bündchen. Quero aos 80 anos ainda conseguir me levantar sozinha”, ironiza.

A história do Brasil e de o

Em 1880, as mulheres brasileiras passaram a ter acesso à educação formal; há 66 anos, conquistaram o direito ao voto; e, há doze anos, a igualdade plena na Constituição Brasileira. O Censo 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou que há cerca de 3 milhões a mais de mulheres do que de homens. De acordo com as pesquisas oficiais, cresceu também a participação feminina em todas as áreas, inclusive na economia e na vida pública.

Apesar das conquistas, elas ganham menos que os homens e ocupam menos cargos de chefia.

Tudo isso é fruto da iniciativa de mulheres corajosas, que ousaram desafiar o preconceito para conquistar seu lugar de direito e acabaram abrindo as portas para que todas as mulheres que vieram depois delas – e as que ainda estão por vir – pudessem ter um tratamento mais justo na sociedade.

Pagu

Pagu, foi uma das maiores ativistas políticas brasileiras e foi duramente perseguida na década de 20 por suas convicções políticas.

Nasceu Patrícia Rehder Galvão, no ano de 1910, em São João da Boa Vista, no Interior de São Paulo. Um novo estado de espírito, em relação à realidade brasileira e à liberdade estética, que culmina com a Semana de Arte Moderna, revoluciona São Paulo e espalha-se pelo País, em 1922. Três anos mais



Embora inúmeras mulheres tenham ocupado lugares de destaque, nem sempre seus esforços foram reconhecidos como os dos homens de sua época

tarde, dava seus primeiros passos como jornalista. A partir de 1930, quando passa a viver com Oswald de Andrade, assume de vez a condição de ativista política. No ano seguinte, ao lado do companheiro, engaja-se na luta revolucionária, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro.

Durante a greve dos estivadores, em Santos, é presa. Pagu transforma-se na primeira mulher a ser presa por participar da luta revolucionária.

Em 1933, publica *Parque Industrial*, o primeiro romance proletário brasileiro, mostrando a necessidade de levar às mulheres dos operários uma consciência de classe. Por exigência do PCB, assina *Mara Lobo*, mas na edição norte-americana, publicada em 1993, a obra traz seu verdadeiro nome.

Percorre o mundo, trabalhando, estudando (Sorbonne) e participando de movimentos libertários. É presa na França onde, além de ligar-se a militantes políticos, conheceu literatos como André Breton, o pai do surrealismo.

Repatriada ao Brasil, fica na cadeia de 35 a 40, sofrendo torturas, bem como perseguições dos próprios companheiros de partido. Durante sua permanência na Casa de Detenção começa a ligação afetiva com Geraldo Ferraz, com o qual se une após ser libertada. Volta a escrever e ao lado do novo companheiro, participa do grupo que registra a Vanguarda Socialista.

No ano de 1945, publica seu segundo romance, *A Famosa Revista*, no qual denuncia os males de um partido (PCB) monolítico. De 46 a 48, passa a escrever no su-

Quem fez história no Brasil

plemento literário de O Diário de São Paulo. Ao mesmo tempo em que lança o histórico manifesto Verdade e Liberdade, concorre a uma cadeira à Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo Partido Socialista Brasileiro, em 1950. Não consegue se eleger.

Dadá

Nascida com o nome de Sérgio Ribeiro da Silva, em Belém, no dia 25 de abril de 1915, morava na Bahia quando seu primo Corisco a levou como esposa para o Cangaço. Muito bonita, forte – tinha 1,70 m – e valente, Dadá era admirada pelos companheiros pela sua bravura. Quando o marido Corisco teve parte dos braços amputados, ela passou a participar dos combates em seu lugar. Dadá viveu muitos anos, contando a sua história, vindo a falecer somente há dez anos, em 1994.

Beth Lobo

Elisabeth de Souza-Lobo Garcia ou apenas Beth Lobo lutou contra a repressão e o autoritarismo. Gaúcha, nascida em 30 de agosto de 1943, aos 24 anos vive o primeiro exílio, em Paris. Volta ao Brasil em 1969, mas logo parte para o Chile e novamente a França.

Dez anos depois, retorna rica de experiência na militância política. Participa de movimentos feministas integrando sindicato, vida universitária, movimentos sociais e feministas. Socióloga, buscava recuperar a memória das traba-

lhadoras, líderes operárias ou dirigentes rurais, para que houvesse resistência, possibilidade de ação e transformação social. Escreveu:

“Lutamos pela felicidade, pela igualdade social, pelo direito à liberdade, pela beleza das flores e cores, pelo prazer e pelo amor, sem estabelecer hierarquias.”

Em 25 de abril de 1915
nascia Sérgio Ribeiro da Silva,
mais conhecida como a cangaceira Dadá,
mulher de Corisco, braço direito de Lampião.

Soneto à Dadá

Cangaceira da peste
Lá está a Dadá
O terror do nordeste
Com seu punhal de “matá”
Mulher de Corisco
Pra matar nem dava um
“pisco”
É só valentia
E muita energia

Tendo a morte como rotina
Mais de duzentos sangrou
Que Deus logo levou

Ferida de morte
Não teve a sorte
De morrer heroína

Antônio Silveira

Tereza do Quariterê

A líder quilombola Tereza Benguela, mais conhecida como Rainha Tereza do Quariterê, nasceu em Benguela, África, pertencendo ao grupo Bantu e trazida como escrava para Mato Grosso, no século XVIII. O quilombo de Quariterê foi destaque por sua organização e

auto-suficiência e por ter sido comandado durante 27 anos por uma mulher: Tereza.

Com o falecimento do Líder do Quilombo, José Piolho, companheiro de Teresa, esta assume a liderança e alçou o posto de Rainha. Teresa reinou até sua morte, suicidou-se, num último ato de protesto contra a destruição do Quilombo Quariterê.

Bartira

Índia tupiniquim, do século XVI, ela é considerada mãe do povo brasileiro”. Filha do cacique Tibiriçá, o mais importante líder indígena da Capitania de São Vicente, foi batizada com o nome de Isabel Dias, uniu-se ao português João Ramalho com quem acabou facilitando a colonização do planalto de Piratininga. Ambos tiveram muitos filhos e filhas, vários dos quais casaram-se com influentes pessoas da região, dando origem a ilustres famílias paulistanas.

Helenira Resende

Ativista política e vítima da ditadura militar, nasceu em Cerqueira César, interior de São Paulo, em 19 de janeiro de 1944. Quando estudante do curso de Letras, entrou em contato com o pensamento marxista e ingressou no movimento estudantil.

Já vivendo na clandestinidade, sua trajetória revolucionária conduziu-a à guerrilha do Araguaia, onde foi morta em 29 de setembro de 1972. Conta-se que foi vítima de golpes de baioneta.

Mulheres lutam para ampliar espaço c

Pesquisa internacional mostra que maioria dos entrevistados acham que seus países estariam m

A participação política das mulheres no Brasil ainda é pequena. Segundo dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), as mulheres representam apenas 8,4% dos políticos no Congresso Nacional. Esse quadro não é exclusivo do Brasil. Dos 186 países com instituições legislativas, apenas 15 registram participação feminina acima de 30%. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, que entrevistou 2.022 pessoas de ambos

os sexos apontou que a maioria dos brasileiros, argentinos, colombianos, mexicanos e salvadorenhos acredita que seus países estariam melhor governados se mais mulheres ocupassem cargos públicos; a maior parte das pessoas acredita, também, que as mulheres são mais honestas e mais eficientes que os homens para conduzir questões como redução da pobreza, combate à corrupção, melhorias na educação, proteção ambiental, relações diplomáticas e mesmo política econômica.

Apenas um em cada dez brasileiros acredita que o país estaria pior se a participação feminina na política fosse maior. 66% acham que elas são mais honestas que os homens e 85% acredita que elas são muito melhores para tomar decisões. Cerca de 90% dos entrevistados declarou que não teria problemas em votar numa mulher que se candidatasse à Presidência da República, desde que fosse bem qualificada e preparada.

Senadora Fátima Cleide (PT/RO)



Fátima Cleide acredita que bons exemplos de mulheres na política possam inspirar mais mulheres a participarem do mundo político

Mátria: O que os eleitores procuram nas candidatas mulheres?

Sen. Fátima: A prática política é uma prática dura, associada mesmo ao comportamento masculino, e não poderia ser diferente uma vez que os homens têm supremacia na atividade. Muitos eleitores, pessoas que possivelmente vêem o mundo político

de outra maneira, acreditam que a mulher pode representá-los melhor devido à flexibilidade - afinal a mulher concilia diversas atividades - e sensibilidade para com os problemas sociais. Eles também avaliam, creio, que a mulher é menos vulnerável à corrupção, capaz de se indignar e agir de forma mais firme contra quem rouba dinheiro da merenda escolar, por exemplo. Antes de tudo, a mulher política é mãe. Mas deixo claro que não se pode distinguir bom caráter, ética e correção sob o prisma do gênero. Existem políticos homens tão sensíveis quanto mulheres políticas, e o inverso também é verdadeiro.

Mátria: Há mulheres que entram na política, mas não levantam a bandeira da luta feminina por igualdade. O que a senhora acha dessa postura?

Sen.Fátima Cleide: Atribuo a uma série de fatores, e não as posso recriminar. Primeiro, vivemos numa sociedade extremamente machista, e depois não são raros os casos em que muitas destas mulheres estão respaldadas pela política oligárquica, que passa de geração a geração, uma herança familiar. Seu universo, sua formação política não permitiu, decerto, acompanhar a luta feminista e as transformações que derrubaram tabus e permitiram o exercício do voto às mulheres, a liberdade sexual. Possivelmente, falte a compreensão das questões de gênero, o que é compreensível. Cabem aos movimentos de mulheres, às agentes públicas que alcançaram maturidade e compreensão histórica sobre a realidade feminina, a tarefa de conscientizar novas forças para alcançarmos mais conquistas.

de participação na vida política do país

melhor se houvesse mais mulheres em cargos públicos. Participação política no Brasil é de apenas 8,4%

Eleições

Apesar da ampliação, e da lei de cotas que reserva 30% das candidaturas dos partidos políticos para mulheres, ainda faltam interessadas. Nas últimas eleições, em 2002, em todos os cargos, o percentual de candidatas mulheres ficou abaixo de 15%. Nenhum partido conseguiu atingir a cota de 30% prevista por lei. No entanto, as mulheres nunca foram tão protagonistas nas eleições brasileiras. Pela primeira vez, quatro candidatas foram para o segundo tur-

no na disputa ao governo. O Senado conquistou a maior bancada feminina de sua história, com dez mulheres. Foram eleitas 42 deputadas federais, um aumento de 45% em relação à última legislatura. Mesmo com esses ganhos, as mulheres representam apenas 8,4% da Casa. Até então, elas ocupavam 5,4%. Quatro estados não elegeram nenhuma deputada federal: Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Mato Grosso do Sul e Ceará.

Em Santa Catarina, na corrida para o Senado, a feminista Ideli Sal-

vatti (PT) foi a que conseguiu maior eleitorado. Conhecida por ser uma das fundadoras da PUC, a candidata conseguiu 1.054.304 votos, ficando à frente de candidatos fortes, como Paulo Bornhausen (PFL) e Casildo Maldaner (PMDB).

Para avaliar esse fenômeno, a Revista *Mátria* ouviu a Senadora Fátima Cleide (PT/RO) a Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), eleitas nesta legislatura, ambas educadoras receberam votação expressiva em seus estados.

Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)



Para Vanessa, a questão de gênero deve ser prioridade no governo, mas as mulheres também devem se preocupar com o tema

Revista *Mátria*: Deputada, na opinião da senhora, a participação feminina na política está crescendo tanto quanto a luta feminista por direitos iguais?

Deputada federal Vanessa Grazziotin: Desde 1934, quando Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher eleita deputada federal no Brasil, a

mulher tem cada vez conquistado mais espaço no poder. Em 2002, nas últimas eleições federais, a Câmara dos Deputados registrou um aumento nunca antes expresso na participação feminina. Foi um crescimento de 45% em relação às eleitas nos pleitos de 1998. De 29 deputadas, saltamos para 42, em apenas uma legislatura. Embora ainda apresente um índice baixo de representação - afinal, somos mais da metade da população brasileira e só conseguimos ocupar 42 das 513 cadeiras da Câmara - os números demonstram a maior aceitação das candidaturas femininas. E a região Norte, especialmente a compreendida na Amazônia Legal, é responsável por 17 dessas 42 deputadas. Isso é extremamente positivo.

Mátria: A lei de cotas é uma boa solução para aumentar a participação feminina no poder?

Vanessa: Sem dúvida. A lei reserva 30% das vagas nos partidos para mulheres, e isso surte muito efeito. Esta foi a primeira grande conquista feminina na política. A lei já vigora há quatro eleições e é em grande parte responsável pelo aumento do número de eleitas. Ainda assim, faltam mulheres até para preencher as cotas, e as vagas acabam ficando vazias. Os partidos com maior índice de participação hoje são o PC do B e o PSTU, que registraram, cada um, 25% de participação feminina nas eleições de 1998. O PC do B é recordista também em participação feminina nas assembleias estaduais, com mais de 40% de deputadas contra cerca de 60% de deputados estaduais.

Coletivo faz encontro estadual

■ Pernambuco

Com os objetivos de aprofundar, entre os trabalhadores em educação, um debate sobre as relações de gênero sexista e de fortalecer as ações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) na intervenção às políticas de gênero, o Coletivo de Mulheres organizou, ainda em maio do ano passado, o III Encontro Estadual de Gênero com o tema “Gênero da Educação: construindo uma escola emancipatória”.

Na ocasião foi eleito o novo Coletivo de Mulheres do Sintepe, composto por Simone Ferraz e Sulene Julião (direção); Ana Teixeira, Maria José Freitas, Letícia Assunção,

Albeny Rodrigues, Adnilza Rodrigues, Lourdes Pinheiro, Ana Lins e Kelly Silva (base).

Entre as atividades desenvolvidas pelo Coletivo, o projeto “Coletivo vai à escola” se destaca. Nele, “oficinas” estão organizando a participação dos interessados por escolas nos núcleos. Os temas são diversos: Violência contra a Mulher; Raça e Etnia; Responsabilidades Familiares; Discriminização do Aborto e outros.

A 1ª Oficina, que implementou o projeto, aconteceu no dia 21 de novembro de 2003 com o tema: “Gênero na Educação Escolar” e foi avaliado pelos participantes como um sucesso.

Marchas denunciam condição da mulher

■ Alagoas

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sinteal) vem, desde o ano 2000 intensificando a luta pelos direitos das mulheres, especialmente por meio da organização de marchas cujo objetivo é levar ao conjunto da população a realidade sobre a condição da mulher e suas reivindicações. Paralelamente, o Sinteal integra-se ao movimento unificado e encaminha programação específica na agenda destinada a tratar das questões feministas.

Escola deve rejeitar o sexismo da mídia

■ Paraná

O rompimento da lógica segundo a qual a mulher, e seu corpo, são uma mercadoria é uma necessidade que tem se imposto cada vez mais na proporção direta em que o neoliberalismo tem invadido as escolas. Algumas sugestões de como os educadores devem trabalhar esse processo a fim de impedir que a cultura da mídia se cristalice sem qualquer crítica, porém, começam a tomar forma.

A secretária de Políticas Sociais da APP - Sindicato dos

Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná, Débora de Albuquerque Souza, por exemplo, propõe algumas atividades nesse sentido. Segundo ela, “É preciso deixar bem claro que não se trata de uma nova fase de moralismo, de ‘bons costumes’, mas uma real e necessária preocupação em apontar um grave problema, que acontece muitas vezes com a nossa convivência. Como educadores não podemos dizer que não temos nada com isso ou que os estudantes já trazem isso de casa, da rua,

das boatinhas”, argumenta, ao propor, por exemplo, que as músicas das festas juninas organizadas na escola sejam objeto de atividades que procuram despertar a crítica nos meninos e meninas.

Uma das opções sugeridas pela educadora é pedir aos estudantes que pesquisem músicas e letras referentes ao tema, que procurem e levem para as festas os discos de festas juninas e se, através da pesquisa da letra destas músicas, percebam o papel da mulher e do homem, expressados na música.

CALENDARIO

Essas são as datas e dias de luta das mulheres por igualdade de direitos

Março

8 Dia Internacional da Mulher

21

Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial

Abril

8 Dia Mundial da Saúde

27

Dia das Trabalhadoras Domésticas

Maió

1 Dia do Trabalho

13 Dia de Denúncia contra o Racismo

28 Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher

Junho

5 Dia Mundial do Meio-Ambiente

24 Fundado o Jornal Movimento Feminino, 1947

28 Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico

Julho

25

Dia da Mulher afro-latino-americana e afro-caribenha

Agosto

9 Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922

12 Dia Nacional de Luta contra a impunidade (assassinato de Margarida Alves)

Setembro

6 Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher

7 Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres

28 Dia latino-americano de discriminação do aborto

Outubro

11 Dia internacional da mulher indígena

12 Dia Nacional de Luta por Creche

17 Marcha Mundial das Mulheres

28 Dia do/a servidor/a público/a

Novembro

20 Dia Nacional de Consciência Negra

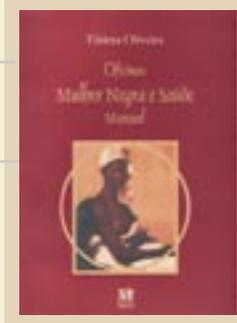
25 Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

Dezembro

1 Dia Mundial de Luta contra a AIDS

Sugestao de leitura

OLIVEIRA, Fátima. Oficinas mulher negra e saúde. Belo Horizonte. Ed. Mazza, 1998



CASTRO, Mary G, ABRAMOVAY, Miriam, Gênero e Meio Ambiente, E. Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

LOPES, Gracira L. Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista, Ed. Vozes, CNTE.

CNTE, Gênero e Educação, Série Cadernos de Educação, nº 4, 1996.

Perdas e ganhos. Lya Luft.
– 14 ed. – Rio de Janeiro:
Record, 2003



Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. MS, SASA, Brasília, 1997.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não.: cartas a quem ousa ensinar. Ed. Olho D'água. São Paulo, 1993.

SAFIOTTI, Heleieth, A mulher na sociedade de classes. Ed. Vozes, 1976.

Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado/organizado por Schuma Schumacher, Érico Vital Brazil.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000



Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – CEDAW I Relatório Nacional Brasileiro, Recomendações do Comitê CEDAW, Secretaria especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Brasília, DF, 2003 spmulheres@spmulheres.gov.br

Atividades

Pesquisar na grande imprensa fotos que relatam a violência sofrida pelas mulheres.

Usar o texto para orientar um debate sobre situações de violência contra mulher.

Convidar para uma palestra ou debate um representante da Delegacia da Mulher ou de alguma entidade de defesa dos direitos da mulher.

Pesquisar na grande imprensa e no cotidiano fatos sobre as discriminações sofridas pelas mulheres negras.

Promover debates sobre preconceito racial e pesquisar na comunidade escolar, familiar e na sociedade qual é a condição de trabalho da mulher negra.

Observar na sua escola que situações demonstram tratamento diferenciado entre alunos e alunas e propor alternativas.

Promover entre o corpo docente, uma discussão sobre as relações e os estereótipos de Gênero e o papel da escola como agente promotor da educação não-sexista.

Analisar os textos didáticos, procurando observar se a representação dos personagens masculinos e femininos exprime uma imagem verdadeira ou preconceituosa do homem e da mulher na sociedade.

Analisar os livros, principalmente os da literatura infanto-juvenil, com o mesmo espírito crítico.

Elaborar projetos pedagógicos e ou incluir no projeto político pedagógico da escola a questão de gênero.

Planejar atividades com o alunado, a comunidade e os profissionais de educação sobre a diferentes datas relacionadas com as lutas e ou problemas das mulheres.

Pesquisar quais são as profissões das mulheres e dos homens e promover um debate sobre os papéis dos mesmos dentro de uma visão crítica.